



Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

**Título: Ensino Superior em S.Tomé e Príncipe (STP) Gestão Interna  
/Externa. Que Retorno?**

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção de grau de  
Mestre em: Serviço Social - Gestão de Unidades Sociais e Bem-Estar

Orientadora: Professora Doutora Aida Ferreira

Discente: Wiler Neto do Espírito Santo

Dezembro, 2014

## Índice

Introdução .....	13
<b>CAPÍTULO I – EDUCAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO .....</b>	<b>16</b>
1. A Educação e o Desenvolvimento .....	16
1.1 O Ensino Superior .....	18
1.2 Ensino Superior e Desenvolvimento .....	21
1.3 Ensino Superior Desenvolvimento e Globalização .....	24
1.4 Estado e Ensino Superior .....	28
1.5 A Importância de Ensino Superior em África .....	29
1.6 Ensino Superior nos Países Lusófonos.....	32
2 Breve Caracterização de São Tomé e Príncipe .....	35
2.1 Situação Geográfica .....	35
2.2 Situação Demográfica de São Tomé e Príncipe .....	36
2.3 Organização Política e Administrativa.....	37
2.5 Educação em São Tomé e Príncipe .....	40
2.6 Ensino Superior em São Tomé e Príncipe.....	42
2.6.1 A Razão da Criação do Ensino Superior em STP .....	45
2.6.2 Qualidade do Ensino Superior em STP .....	46
2.6.3 Gestão do Ensino Superior em STP .....	46
2.7 Estudantes em Portugal .....	47
<b>CAPITULO III- FUNDAMENTAÇÃO METODOLÓGICA E ANÁLISE DOS</b>	
<b>RESULTADOS .....</b>	<b>48</b>
3 Metodologia .....	48
3.1 Análise das entrevistas aplicadas aos estudantes/licenciados de STP no ensino superior em Portugal .....	50
3.1 Análises Estatística.....	51
3.2 Análise dos Perfis dos Entrevistados .....	57
3.2.1 Análise das Entrevistas.....	57
3.2.1.1 Razão para tirar um Curso Superior .....	58
3.2.1.2 Razão da Escolha do País.....	59
3.2.1.4Causa e Consequência do não Regresso.....	62

3.2.1.5 Medidas Políticas - Formação no Exterior .....	64
Conclusão e Algumas Reflexões .....	67
Bibliografia.....	71

Apêndices

Anexos

## Introdução

São Tomé e Príncipe (STP) é um Estado insular localizado no Golfo da Guiné, composto por duas ilhas principais, São Tomé e Príncipe, e vários ilhéus num total de 1001 km<sup>2</sup>, com cerca de 187.000 habitantes.

No que diz respeito a situação económica, o país é bastante dependente da ajuda externa. A economia de São Tomé e Príncipe (STP) encontra-se, fundamentalmente, assente no sector agrícola, onde a produção de maior relevância é a do cacau que se tem mostrado incapaz de permitir o crescimento auto sustentado do país. O governo tem apostado no turismo como fonte de receitas para o desenvolvimento económico, mais dada a inexistência de infraestruturas necessárias para o seu crescimento pouco ou nada tem contribuído para o seu crescimento. A recente descoberta de petróleo abriu uma nova perspectiva nas estratégias de desenvolvimento para o futuro de STP.

Sabe-se que para que um país possa ter um crescimento e desenvolvimento terá que apostar na educação da sua respetiva população e STP não foge às regras. Sendo um setor onde o país tem grandes deficiências que resultam da conjugação de fatores socioeconómicos e culturais. Qualquer sociedade para se desenvolver necessita que as novas gerações adquiram um conjunto de conhecimentos sobre as normas, ideias, ideologias, valores e procedimentos. A formação e a educação revestem-se, assim, de extrema importância constituindo um dos indicadores de desenvolvimento humano de um país, segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Um Estado como São Tomé e Príncipe em que sua faixa etária jovem tem uma taxa de desemprego aproximadamente de 60% da população ativa há que, indubitavelmente, apostar na formação a nível académico.

Nos últimos anos tem verificado, por parte dos sucessivos governos de São Tomé e Príncipe, a inquietação em elevar o nível de escolaridade dos santomenses, através da implementação de diversas políticas. Uma dessas políticas tem passado pelo envio de estudante para o exterior, fruto de diversas cooperações bilaterais estabelecidas entre governo de STP e os mais diversos países.

Dado que em STP existem poucas condições internas para que os jovens santomenses possam prosseguir os estudos, após o término de ensino secundário, apesar da difícil situação económica e financeira que o país atravessa, o governo tem mantido esforços para enviar

todos os anos um número significativo de estudantes para Portugal, Cuba, Brasil, Marrocos, entre outros países com o objetivo de vir a contribuir para o desenvolvimento do país.

No entanto, após o fim da formação vários são aqueles que permanecem no país de acolhimento e adiam o retorno, dada a total ausência de políticas de incentivo ao seu regresso. Assim sendo, existe um reconhecimento do papel importante e central da qualificação do capital humano enquanto elemento catalisador do desenvolvimento do país; no entanto, coexiste uma ausência de políticas de efetiva valorização e enquadramento pelo que a “fuga de cérebros” constitui um sério problema e, ao mesmo tempo, um desafio do desenvolvimento de STP. Deste modo, o presente dissertação visa analisar e encontrar possíveis respostas para alguns problemas relacionados com a qualificação do capital humano de STP e com “o não retorno” dos mesmos, após o término das suas formações bem como demonstrar a importância do ensino superior para o desenvolvimento do país.

A escolha deste tema resulta da necessidade de se perceber junto dos estudantes do ensino superior em Portugal o porquê do não retorno dos mesmos após o término das suas formações, visto que, houve da parte do governo de STP um investimento na sua formação com objetivo de contribuírem para o desenvolvimento do país.

Este trabalho reveste-se de pertinência política e social na medida em que poderá contribuir para a reflexão e redefinição das políticas de formação direcionadas para a valorização e enquadramento dos diplomados facilitando a introdução de mudanças significativas na sociedade e o aumento do nível de qualificação académica da população de STP.

Considerou-se pertinente centrar este estudo na área da educação/ensino superior porque estas são assumidas por muitos analistas como parte integrante do processo de desenvolvimento de um país principalmente em via de desenvolvimento como o caso de STP. Os indivíduos só podem contribuir para o desenvolvimento e tirar benefício dele, se estiverem dotados de saber, competências, valores, capacidades e direitos que lhes permitam obter os seus meios de subsistência. Uma educação de qualidade beneficia e permite dar autonomia, não somente ao indivíduo mas igualmente à sociedade em geral. Deste modo, surge o reconhecimento de que uma educação que proporciona ao indivíduo o alargamento das suas capacidades, permitindo que este seja ator da sua própria vida, conduz a um desenvolvimento mais harmonioso.

Constituíram os principais objetivos desta investigação compreender as possíveis causas do não retorno/regresso dos licenciados após o término das suas formações académicas a STP uma vez que, a educação/ensino superior é um dos principais indicadores identificado por

Organizações das Nações Unidas (ONU) para o desenvolvimento de qualquer país e para a sua localização no conjunto dos países mundiais.

A presente dissertação é estruturada de seguinte forma, no primeiro capítulo, realçamos o desenvolvimento socioeconómico descrevendo de uma forma sucinta sobre a sua relação com a educação no contexto global, na perspetiva de desenvolvimento, do ensino superior em contexto de globalização. No segundo capítulo pretendemos fazer uma breve caracterização de S. Tomé e Príncipe em diverso contexto como: a educação em STP no contexto geral, ensino superior no país e número de estudantes que frequentam esse tipo de ensino em Portugal desde 1997/98 até 2013. No terceiro e último capítulo foi todo ele baseado numa pergunta de partida, Quantos estudantes regressam a S. Tomé e Príncipe após o término da formação superior em Portugal? Nesta investigação, optou-se por estudar apenas os formados santomenses em Portugal uma vez que é neste país Europeu onde se encontra grande parte do contingente de estudantes de STP que anualmente saem do seu país para continuar os estudos no estrangeiro. Este estudo centralizou-se apenas nos indivíduos que já concluíram uma formação superior (formados) e adiam o regresso à terra natal. Assim, constituem objetos empíricos desta investigação os formados santomenses em Portugal.

## **CAPÍTULO I – EDUCAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO**

No presente capítulo, realçamos o desenvolvimento socioeconómico descrevendo de uma forma sucinta sobre a sua relação com a educação no contexto global, na perspetiva de desenvolvimento, do ensino superior em contexto de globalização.

### **1. A Educação e o Desenvolvimento**

São vários os autores que consideram que um das principais dificuldades ao desenvolvimento numa região está relacionado com o baixo nível de desenvolvimento dos seus recursos humanos, o que contribui para a resistência à mudança e a falta de dinamismo social.

Coffey e Polèse (1985), citados por Pedroso, salientam o difícil acesso à informação e a incapacidade de auto-organização e de geração de espírito empreendedor como principais obstáculos ao desenvolvimento local e, por isso, devem ser tidos em conta na definição de estratégias de desenvolvimento (Pedroso, 1998).

Furter (1993) citado por Pedroso (1998:97), também considera que a educação tem um papel fundamental na animação uma vez que, as intervenções educativas permitem “ensinar as diferentes coletividades a analisar a sua situação, a definir os problemas cujas soluções estão ao seu alcance e a encontrar as situações que dependam da sua capacidade para utilizar os seus próprios recursos”.

De um modo geral, pode se considerar que os obstáculos ao desenvolvimento estão intimamente relacionados com o baixo nível de informação e de conhecimentos das pessoas sobre os seus direitos e deveres como membros de uma comunidade, o que conduz a uma atitude de acomodação, desresponsabilização, passividade, inércia, baixa auto estima das populações perante as iniciativas de desenvolvimento.

Estar informado, segundo o autor acima referido, constitui um dos requisitos fundamentais à participação na medida em que quem não está informado não consegue, de modo algum, dar opiniões ou apresentar propostas relevantes sobre certos assuntos, pelo que a falta de informação inibe a participação.

A participação pressupõe a capacidade de elaboração crítica sobre os problemas da realidade vivida e a capacidade de, a partir de conhecimentos e experiências conjugadas, mobilizar recursos e ações no sentido de encontrar soluções.

Deste modo, o conceito de educação encontra-se intimamente relacionado com o conceito de desenvolvimento, uma vez que a capacitação/formação das pessoas constitui uma etapa inicial na promoção de mecanismos de participação e de intervenção para o desenvolvimento.

Hoje em dia, a educação para além de ser um direito fundamental consagrado na Declaração Universal dos Direitos Humanos, a que todo ser humano pode aspirar legitimamente para a sua realização pessoal é também uma pré-condição essencial para qualquer tipo de desenvolvimento, para a redução da taxa de desemprego e da pobreza, para o progresso social e cultural e para a promoção de valores democráticos.

Dada a utilidade da educação nas questões do desenvolvimento, um dos objetivos do Milénio definidos pelas Nações Unidas em 2000 é “alcançar a educação primária universal”, ou seja, garantir que todas as crianças, de ambos os sexos, terminem um ciclo completo de ensino primário. Esta meta, a alcançar antes de 2015, já alterada para 2020, reflete o reconhecimento das diferentes nações do valor da educação como instrumento decisivo na promoção de uma vida condigna aos seus habitantes.

A educação é fulcral nas estratégias de desenvolvimento na medida em que exerce uma influência deliberativa na elevação do nível geral de instrução, na estimulação de atitudes, comportamentos e ideias favoráveis à mudança. Os indivíduos habilitados são mais capacitados para desenvolver múltiplas ações para influenciar a formulação, desempenho, fiscalização e avaliação das políticas públicas e/ou serviços básicos numa sociedade. Por outro lado, faculta os indivíduos refletir criticamente sobre a verdade, ao mesmo tempo que lhes permite adquirir competências que os capacita a identificar os seus problemas e a formar soluções para os mesmos, permitindo às pessoas alcançarem a sua própria autonomia.

De uma maneira geral, a educação ensina o indivíduo a “saber fazer”, “saber estar” e “saber ser”. Assim, a educação por dotar as pessoas de um conjunto de informações, de conhecimentos e de uma visão mais crítica e abrangente da realidade, pode assim criar uma ferramenta importante para se superar muitas das restrições que se tem apurado nas estratégias de desenvolvimento.

Deste modo, a educação constitui um fator resolutivo na medida em que fomenta o comentário, crítica e a aquisição de competências e conhecimentos favoráveis à mudança de comportamentos, incitadores ao desenvolvimento.

Segundo Canário (2000:64) “no quadro das “novas lógicas do desenvolvimento” a relação entre educação e o desenvolvimento tende a deixar de ser vista como uma relação de causalidade linear, em que a qualificação de recursos humanos constituiria um requisito prévio, necessário e satisfatório, para desencadear processos de desenvolvimento”.

A educação tende a ser encarada como uma aprendizagem coletiva com panorama à transformação social e, coexistente, à mudança de representações (visão do mundo) e de comportamentos (modo de agir no mundo). Nesta perspetiva, é o reforço da capacidade de autonomia dos atores locais para experimentar processos de identificação e resolução de problemas, localmente sentidos como pertinentes, que é colocado no primeiro plano das preocupações. Deste ponto de vista, Alberto de Melo e Priscila Soares (1994) afirmam o seguinte:

“(...) desenvolvimento é antes de mais uma vontade comum de melhorar o quotidiano; essa vontade é feita de confiança nos recursos próprios e na capacidade de os combinar de forma racional para a construção de um melhor futuro. É aquilo que se chama frequentemente a “cultura de desenvolvimento”: a situação antiga por uma população ao sentir-se e ao capacitar-se para analisar os problemas atuais, para por em equação necessidades e recursos, para conceber projetos de melhoria integrando as dimensões de espaço e de tempo e para, enfim, abranger com esses projetos finalidades de desenvolvimento global- pessoal como coletivo económico, cultural, sociopolítico” (pp.29-30) (in Canário 2000:65)

Deste modo, uma educação eficaz é aquela que propicia aos indivíduos a capacidade de induzir mudanças significativas na sociedade e, assim, contribuir para o desenvolvimento, quer individual, quer ao nível coletivo. Daí que a gestão dos recursos humanos é fundamental numa situação em que se pretende o desencadeamento do processo de desenvolvimento.

### **1.1 O Ensino Superior**

Segundo os autores (Simão, Santos e Costa 2003), o ensino superior desempenha ou deve desempenhar um papel de especial relevo no desafio global de construção da nova sociedade baseada no conhecimento. “Embora os países em desenvolvimento contenham 80% da população mundial, eles representam apenas 50% dos estudantes de ensino superior, e de uma muito menor proporção destes que têm acesso a um ensino superior de qualidade. Ultrapassar este fosso requer um esforço concertado entre os países em vias de desenvolvimento e os países desenvolvidos”. (Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP 2001:123)

No documento da UNESCO citado por (Borges 2014:6) no documento “*Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI: Visão e Ação*” (1998), “a educação superior são compreendidas como o nível educacional responsável pelos estudos, pelo treinamento e pela formação para a pesquisa, oferecido por universidades ou outras instituições de nível pós-secundário aprovadas pelo Estado”. Nessa ótica, o ensino superior é percebido como o *locus* de formação de indivíduos críticos, habilitados e cultos, contribuindo para o desenvolvimento sustentável de um país ou uma localidade. “A temática da relação educação superior e desenvolvimento sociocultural e económico, numa sociedade que tende a se transformar em sociedade do conhecimento, é trabalhada no documento da UNESCO,” “ (...) de modo que a educação superior e a pesquisa atuam agora como componentes essenciais do desenvolvimento cultural e socioeconómico de indivíduos, comunidades e nações” (1998: 20).

Segundo Castro, Seixal e Neto (2010:39), “a distribuição desigual de conhecimento gera um desequilíbrio global do poder, que tem a sua origem não somente no uso da força e das armas, mas no domínio do conhecimento, nos avanços científico-tecnológicos, o que traz para os países menos desenvolvidos a necessidade de melhorar a qualidade da educação em todos os níveis para se tornarem mais competitivos no mundo globalizado”.

Daí a concentração do conhecimento passa a ser uma aposta para as nações que devem desenvolver as condições necessárias à sua inclusão no mundo globalizado e cada vez mais competitivo. A centralidade do ensino superior, no conjunto das políticas públicas, tem sido gradualmente reconhecida, não somente em uso do valor documental da formação académico-profissional e das tarefas de pesquisa científica e tecnológica para o desenvolvimento económico e social, mas pela prestação para a formação ética e cultural mais vasta da cidadania democrática.

Para os mesmos autores, “o reconhecimento do papel atribuído à educação criou as condições objetivas e subjetivas para aumentar a demanda de acesso a esse nível educacional, passando a exigir, tanto dos países desenvolvidos como em desenvolvimento, a reestruturação dos seus sistemas educativos para ampliar a sua capacidade de oferta. Nesse cenário, as políticas educacionais associadas ao paradigma económico e centradas no novo sistema tecnológico passaram a produzir novos paradigmas, determinando um novo tipo de organização socio-productiva e, de acordo com a ideologia neoliberal, permitindo que as nações, as empresas e os sujeitos cresçam competitivamente na sociedade global”. (Castro, Seixal e Neto 2010:40)

O fortalecimento do sistema de globalização tem afetado as políticas educacionais, interferidas ideologicamente pelas organizações bilaterais e multilaterais que privilegiam uma agenda educacional assente em indícios de avaliação, diminuição do financiamento para as políticas estatais e mecanismos de mercado para gerir as políticas públicas. Isso tem provocado respostas locais diferenciadas, que podem ter múltiplos e inesperados resultados sobre a educação, encaminhando para a ideia de que as políticas educativas em âmbitos de globalização neoliberal não se concretizam da mesma forma em todas as nações.

Sendo que, nos países considerados de primeiro mundo, dada a ambição por maior competitividade económica e produtividade fez com que esses mesmos investissem mais em formação do que os países considerados de terceiro mundo ou em via de desenvolvimento, que por tensões das condições de austeridade sujeitas externamente adotaram políticas de diminuição de gastos no ramo educativo.

A (AULP 2001) refere que, no final do século vinte assistiu-se ao crescimento de uma economia centrada no conhecimento oposta a outra centrada na produção industrial. A “revolução do conhecimento” assistiu a aumentos exponenciais e contínuos do conhecimento nos países avançados desde 2ª guerra mundial. A participação na economia de conhecimento requer um novo conjunto de perícias humanas. As pessoas necessitam de deter mais elevadas qualificações e de serem capazes de maior independência intelectual. Elas devem ser flexíveis e capazes de continuarem a aprender muito além da idade de vida escolar sem capital humano melhorado, os países ficarão irremediavelmente para trás e experimentarão a marginalização e o isolamento intelectual e económico. O resultado será a permanência, senão mesmo o aumento, da pobreza.

O ensino superior nunca foi tão importante para o futuro de mundo em desenvolvimento como o é atualmente. Ele não pode garantir um rápido desenvolvimento económico mas o progresso sustentado é impossível sem ele. Tal como o banco mundial reconhece, quantos mais os países em desenvolvimento se atrasam, mais dificuldade eles enfrentaram. Nas décadas antecedentes, os países em desenvolvimento testemunharam uma rápida expansão do ensino superior, a simultânea diferenciação das instituições de ensino superior para novas formas, e o aumento da importância do conhecimento para o desenvolvimento económico e social.

## 1.2 Ensino Superior e Desenvolvimento

Nas últimas quatro décadas, tem-se intensificado os debates sobre desenvolvimento em virtude das grandes transformações sofridas pela humanidade, seja pela discussão crescente de recursos naturais e sua perspectiva de esgotamento, ou pela constatação das grandes diferenças económicas e sociais entre os diversos povos ou países do planeta que se intensificaram ao longo deste período.

Na busca de lançar luzes sobre a discussão do desenvolvimento torna-se necessário um breve resgate histórico sobre o período que precedeu o surgimento do termo.

Os americanos investiram numa campanha política em nível global, lançada em 1949, no mesmo dia em que tomava posse o Presidente Truman, denominada de “a era do desenvolvimento”.

Segundo Esteva (2000, citado por (Santos, Durães e Martins 2014:4) no seu discurso Truman afirma a necessidade de tornar os avanços científicos e o progresso industrial americano, disponível para o crescimento e o progresso das áreas subdesenvolvidas. Ainda, os mesmos autores (2014:5) “Truman deu um novo significado ao desenvolvimento e criou um símbolo que passou a ser usado para referir-se à era da hegemonia norte-americana”. Com o passar do tempo essa mesma expressão passou a significar o oposto de desenvolvido, onde os aspetos económicos foram considerados mais importantes em perda dos aspetos sociais.

Desde aquele momento em diante, dois biliões de pessoas deixaram de ser o que eram antes, e foram transformadas em uma imagem inversa da realidade alheia, povos cujo crescimento ainda estava muito aquém daquele adquirido pelos norte-americanos. Passando a ser uma condição indigna chamado de subdesenvolvido. Junto com o termo desenvolvimento surgiu também uma série de metáforas relacionadas a seu significado, dificultando uma definição mais precisa do mesmo, mas não o suficiente para impedir mudanças na vida de milhares de pessoas em todo mundo.

Na terceira década do século XX, a associação entre desenvolvimento e colonialismo estabelecida um século antes, vai adquirir um novo significado em virtude da modificação feita em “1939 pelo governo britânico na sua Lei de Desenvolvimento das Colónias transformando-a na Lei de Desenvolvimento e Bem-Estar das Colónias, que revelava um reflexo das profundas mudanças económicas e políticas ocorridas no decorrer de menos de uma década”. (Santos, Durães e Martins 2014:5-6)

Na década de 50 do século XX, com a denúncia do primeiro relatório da situação social universal, aparece o interesse tanto das instituições das Nações Unidas, quanto fora delas, para com as situações sociais existentes entre as populações, ainda que os programas sugeridos não vão tratar diretamente do progresso dessas classes.

Segundo Steva (2000), citado por (Santos, Durães e Martins 2014:6) refere que “ reinava um clima de otimismo, proporcionado pelos relatórios sobre a situação social, elaborados periodicamente pelas Nações Unidas que documentavam o progresso, que só poderia ser uma consequência natural do rápido crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB)”. “Não se extinguiu com essa ideia de evolução, o conflito entre os quantificadores e os especialistas em serviços sociais e pouco a pouco foi introduzida nos relatórios, mesmo sem qualquer definição, a expressão desenvolvimento social, como um complemento meio vago para desenvolvimento económico e como um substituto para a noção estática de situação social, visto que, social e económico era vistos como realidades distintas”.

Assim, enquanto a primeira década de desenvolvimento considerava em separado os aspetos sociais e económicos do desenvolvimento, a segunda vai buscar formular um novo paradigma, o da integração, reconhecendo que havia uma interação obrigatória entre os recursos físicos, processos técnicos, aspetos económicos e mudança social.

Neste sentido, foi proclamada em 24 de outubro de 1970, a Estratégia Internacional de Desenvolvimento, que solicitava uma estratégia global, com base em uma ação conjunta e concentrada em todas as esferas da vida económica e social.

Entretanto, apesar da preocupação sobre uma abordagem unificada, na prática, esta acabou por ir numa direção contrária, uma vez que, questões como meio ambiente, crescimento demográfico, fome, opressão feminina, problema habitacional ou desemprego, tiveram momentos de relevo, atraindo para si, individualmente, a atenção pública e institucional.

A década de 80 do século XX, foi chamada de década perdida em termos de desenvolvimento. O processo de ajuste significou, para muitos países, o abandono ou o colapso da maioria de suas conquistas antecedentes.

Quando o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) publicou em 1990 o primeiro Relatório do Desenvolvimento Humano, cujo texto desenvolvimento humano é apresentado como um processo de ampliação das escolhas humanas relevantes e, como um nível de realizações, ou seja, grau em que dadas sociedades as escolhas relevantes são alcançadas comparadas às demais sociedades em um nível internacional.

Santos, Durães e Martins (2014:7) mencionam que, “uma expectativa de vida longa, somada à alfabetização completa, não seria suficiente para dar ser humano uma oportunidade razoável de escolha, se ao mesmo tempo, ele não tiver acesso aos recursos económicos (rendimento) necessários para a satisfação de suas necessidades materiais”.

Perante a constatação do aumento significativo dos níveis de pobreza em certas regiões do mundo, a ONU organizou em 1995 a Conferência de Copenhaga com vista a discutir e analisar os problemas sociais do desenvolvimento. É nesta conferência que surge o conceito de Desenvolvimento Social com ideia subjacente de que existe a necessidade de proporcionar às populações um nível mínimo de bem-estar social, através da articulação de múltiplos fatores como por exemplo a educação, saúde, salário, pensão e rendimento mínimos.

Amaro (2004:59) define, o desenvolvimento social como “um processo de garantia de condições sociais mínimas, bem como de promoção da dimensão social de bem-estar, por parte dos responsáveis dos vários países e organizações internacionais”.

O Desenvolvimento Social visa, assim, reduzir a pobreza, garantindo os indivíduos as mínimas condições de maneira a terem uma vida mais dignificante e poderem ter uma função mais ativo em situação política através da participação, cidadania e do direito a votação.

Trata se, pois, de um conceção que coincide as políticas macroeconómicas com a grandeza social e política.

Sabe-se que um dos indicadores para atingir o desenvolvimento é a educação mas neste caso particular o ensino superior. Para o autor (AULP 2001) o mesmo promove o crescimento do rendimento que por sua vez contribui para produtividade do trabalho, qualidade de vida possibilita a mobilidade social, encoraja a participação política, reforça a sociedade civil e promove a governação democrática. O ensino superior faz criar bens públicos como novo conhecimento que é o incentivador do rápido desenvolvimento de uma região ou mesmo um país. Como diz o auto “o crescimento económico é um poderoso determinante do alívio da pobreza e melhoria da vida das pessoas”(AULP 2001:124). A contribuição do ensino superior para o crescimento/desenvolvimento, por conseguinte, significa melhorares de vida para os indivíduos em todos os níveis numa determinada sociedade. Para que um país possa rumar ao desenvolvimento terá que ser necessária haver uma melhor educação superior. Os países em vias de desenvolvimento poderão fazer melhor em repousar, em instituições fora dos seus territórios, possivelmente com ajuda de doadores com objetivo de construir sistemas próprios de ensino superior mais forte.

Os benefícios de ensino superior devem agora ser reconhecidos mais amplamente para que o mesmo possa tornar o seu espaço na corrente principal da agenda do desenvolvimento mundial.

O autor (AULP 2001) refere que o ensino superior promove simultaneamente as vidas individuais e enriquece toda a sociedade, o que indica um agrupamento substancial entre os interesses privados e os interesses públicos no ensino superior. Ainda o mesmo autor o ensino superior amplia as remunerações e a produtividade, o que torna os indivíduos e os países juntamente mais ricos. O ensino superior permite às pessoas desfrutarem de uma melhor “vida do espírito”, consagrando á sociedade em geral benefícios quer culturais quer políticos. Estimula independência e iniciativa que são dois bens valiosos na sociedade do conhecimento.

### **1.3 Ensino Superior Desenvolvimento e Globalização**

Sonntag (1994) menciona o desenvolvimento situado num determinado espaço territorial e as suas implicações aos níveis local/global. O mesmo autor entende o desenvolvimento como um conceito relativamente recente, que adquiriu importância nos últimos anos da II guerra mundial e logo após, particularmente nas discussões entre os aliados que criaram as organizações das nações unidas (ONU). Sonntag citado por (Ferreira 2014:114) regista que das ideias sociais, económicas e políticas, é interessante assinalar que até à grande crise no final dos anos 30, a economia política clássica, cujas teses eram levadas ao extremo do neoclassicismo e da sociologia positivista, o capitalismo mundial era apresentada como um sistema que evoluía por si mesmo, graças à autorregulação, isto é, à “mão invisível”. A mesma autora com base em Sonntag refere os aspetos doutrinários mais importantes que contribuem para o desenvolvimento, destacando-se os seguintes:

- Estudar os principais resultados negativos e positivos das políticas inspiradas por essa doutrina;
- Analisar as repercussões da crise e da crise das teorias do desenvolvimento enunciadas depois de mais de quinze anos;
- Formular hipóteses e algumas questões sobre a possibilidade de por em prática modelos de desenvolvimento que respondam às realidades do sistema mundial e das sociedades em «via de desenvolvimento», e ainda quais as questões mais sensíveis a este respeito.

Sonntag (1994:268) refere que:

“ A primeira teoria abrangente de desenvolvimento foi delineada no quadro institucional da Comissão Económica para a América latina [CEPAL] durante a segunda metade dos anos quarenta. Na esteira do anúncio e da adoção da Carta das Nações Unidas pelos aliados (“ grandes” e “pequeno”) foram criados o Conselho de Segurança (cuja missão é buscar uma solução pacífica para as diferenças políticas entre os países) e o Conselho Económico e Social (responsável pela coordenação dos trabalhos no campo da competência da Organização, nomeadamente a promoção do desenvolvimento dos povos) para que este segundo órgão possa responder às suas funções corretamente, foram criadas comissões económicas nos cinco continentes” (citado por Ferreira, 2014:115)

Segundo ainda Sonntag (citado por Ferreira, 2014) destaca que a análise que apoia a teoria da CEPAL ou teoria clássica do comércio internacional é duplicada: sendo a primeira relacionada com problema do subdesenvolvimento na América Latina colocado na perspetiva do sistema mundial. A segunda o subdesenvolvimento é analisado quanto às distorções no plano interno, devido a um sistema de monoprodução que barrava uma taxa de expansão suficiente para a formação de capital e racionalidade da mão-de-obra. Na análise do mesmo autor, os países da região faziam parte de periferia do sistema mundo e estiveram sobre domínio do centro. Para o autor este sistema foi criado com uma função estrutural de produzir e exportar bens primários (agricultura ou minérios) ficando a produção de bens manufaturados sob a responsabilidade dos países de centro. Verifica-se através deste autor análise crítica elaborada nos anos 70 sobre a teoria de desenvolvimento da CEPAL, que predomina o poder dos países poderosos relativamente aos países mais fracos. Assim, o desenvolvimento pode ser para os países subdesenvolvidos ou em via de desenvolvimento apenas uma “miragem”, apesar dos esforços de teorização realizados no caso da CEPAL que foi considerado como uma teoria do desenvolvimento. Na década de 70 as Nações Unidas cumprem um papel de consciencialização mundial através de cimeiras, conferencias, definição de metas de desenvolvimento e outros inventos, cujos resultados serão difíceis de avaliar, mas não se têm mostrado palpáveis ao nível de mudanças positivas a favor de países pobres.

Ainda (AULP 2001) o fenómeno de globalização, os melhores docentes e estudantes continuarão a ser atraídos para os países dito poderosos ou seja desenvolvidos, e a competição pelos graduados de qualidade manter-se-á dura. Desse modo os países em via de desenvolvimento ficarão de fora no poderoso impulso que o ensino superior poder dar ao

desenvolvimento mundial. E assim enfrentarão barreiras crescentemente difíceis para a melhoria do seu sistema educativo.

O conceito de globalização procura traduzir a crescente interdependência mundial a nível económico, político e cultural.

Segundo Giddens (1996:45) citado por Ferreira (2014) “são os Estados-nação que influenciam a política universal sendo o mundo uma rede de sociedades nacionais, num sistema global de relações internacionais. A Globalização pode, assim, ser definida como a intensificação das relações sociais de escala mundial, relações que ligam localidades distantes de tal maneira que as ocorrências locais são moldadas por acontecimentos que se dão a muitos quilómetros de distância, e vice-versa. Este processo é dialético porque essas ocorrências locais podem ir numa direção inversa das relações muito distanciadas que as moldaram. A transformação local faz parte da globalização tanto como a extensão lateral de ligações sociais através do espaço e do tempo”

Giddens (1996:48) citado por (Ferreira 2014) fala do “sistema- mundo moderno “ onde ele refere que, este está dividido em três partes: o centro, a semiperiferia e a periferia, ainda que, localização destes lugares mude com decorrer de tempo.

Segundo Santos (2001:37, citado por Ferreira, 2014), o contributo desta teoria permite análises empíricas, relativamente à situação de cada Estado, como a seguir se constata:

(...) “são os países periféricos e semiperiféricos os que mais estão sujeitos às imposições do receituário neoliberal, uma vez que este é transformado pelas agências financeiras multilaterais em condições para a renegociação da dívida externa através dos programas de ajustamento estrutural (2001:37)”.

Santos (2002) citado por (Ferreira 2014) ” entende “a globalização como fenómeno passível de varias interpretação, um campo de conflito entre grupos sociais, estados e interesses subalternos. Há, no entanto, um campo hegemónico para além das divisões, que atua na base de um consenso dos membros mais influentes”.(...)“consenso neoliberal ”ou “Consenso de Washington”, assim designado por ter sido nesta cidade que, em meados dos anos 80, os Estados centrais do sistema mundo o subscreveram. Esta subscrição abrangeu o futuro da economia mundial, as políticas de desenvolvimento e o papel do Estado na economia. Hoje, devido a conflitos no interior do campo hegemónico, com influências contra hegemónicas, é referido o pós consenso de Washington; no entanto, as características dominantes persistem. Uma dessas características respeitam ao sistema de produção global, em que a empresa multinacional se constitui como autor central na nova economia mundial” (Santos, 2002: 33,

citado por Ferreira (2014). A globalização aumenta a competição internacional e a necessidade de investir nas novas tecnologias tendo em conta, o aumento da exigência por parte dos consumidores finais. “A crescente globalização da economia está a fazer desaparecer um fundamento básico do Estado Nação, isto é, o mercado nacional. O espaço nacional está a ser substituído, enquanto ponto económico estratégico, pelo emergente espaço global” (Grupo de Lisboa, 1994: 49citado por Ferreira 2014).

Em países considerados de terceiro mundo ou em vias de desenvolvimento, as grandes empresas recrutam empregados locais que desenvolvem habilidades e experiências que os capacitam a empregos no exterior depois de algum tempo.

Nos países em vias de desenvolvimento, a globalização do ensino superior está a influenciar a qualidade da educação de dois termos. Existe uma proliferação marcante de instituições de padrão inferior que cobram taxas altas e dão educação de nível precário. Existe pouco ou nenhuma prudência de encargo em relação aos alunos, uma vez que, nos países em vias de desenvolvimento, não existem leis ou normas reguladoras de proteção ao consumidor desse mercado. Uma seleção tão contrária de fornecedores de serviços em ensino superior é uma dificuldade autêntica.

Existem, naturalmente, algumas boas instituições que entram nesse campo para oferecer ensino superior em outros países, mas são poucas. Infelizmente, até mesmo essas instituições são suscetíveis à prática de padrões duplos: o global, local e regional.

Todavia, o papel de ensino superior é, por conseguinte, crucial. Não só se exige uma maior eficiência dos sistemas na formação de trabalhadores altamente qualificados mas também na componente de investigação e desenvolvimento. Exige-se do ensino superior a descoberta de novos produtos e processos necessários para manter a posição nacional na economia mundial. Ao desempenhar esse papel, o ensino superior testemunhou significativas mudanças no seu planeamento, administração e nos tipos de conhecimentos oriundos das universidades.

As economias desenvolvidas, as regiões emergentes e as economias em transição procuram cada vez mais que as prioridades de desenvolvimento estejam em consonância com o ensino superior, a produção de conhecimento e as políticas relacionadas com a formação.

#### 1.4 Estado e Ensino Superior

Segundo o autor (AULP 2001) refere que o Estado deve assegurar que o ensino superior é do interesse público, promove equidade e igualdade e que tem uma ação básica na necessidade para o desenvolvimento do país, cujo papel exato do Estado em relação ao ensino superior tem sofrido intensos debates.

Segundo o diário de notícia Expresso (2009/03/20) “o desenvolvimento de um país pode ser medido através do conhecimento e da educação dos cidadãos. O processo de formação pessoal e profissional é um direito que o Estado tem que garantir a todos os cidadãos. O caminho para uma população mais qualificada passa sem dúvida pela educação e particularmente pelo ensino superior”.

Todavia, o ensino superior pode e deve ser assegurado pelo Estado, e a sua organização e forma de atividade devem ser analisados tanto por docentes como por discentes.

Quanto ao nível político é fundamental planear uma estratégia sustentável e de longa duração para as instituições, que dê um ensino superior mais abrangente, de maior qualidade e sustentabilidade.

Por conseguinte, deve fazer convergir as formações de especialização do ensino superior com as urgências reais do mercado laboral e da economia, atuando assim, nas opções sérias e transparentes, racionalizando diligência e recursos para as áreas para as quais há uma maior saída do mercado de trabalho e que mais podem beneficiar o país ou uma região. De acordo com diário de notícia Expresso (20/03/2009),” não é de todo aceitável que alguém seja impedido de frequentar o ensino superior por falta de poder económico. Cabe ao Estado, na opinião do autor, assegurar que todos os jovens tenham igual acesso ao ensino, e que nenhum fique de fora por razões económicas”.

Todavia, é necessário aumentar o nível de qualidade, dirigindo-se a um modelo de financiamento deste serviço público que possibilite às instituições concorrer em qualidade global, sendo que, assistimos hoje em dia uma economia cada vez mais globalizada. No mesmo artigo cita que “estes são os desafios e das questões que se impõem hoje ao ensino superior público. A aposta no ensino é urgente e impreterível. A economia depende disso, e o estado da mesma nas próximas décadas vai ser o reflexo dessa aposta. Um ensino superior de qualidade e para todos é essencial para o desenvolvimento. Para um país mais qualificado é um país mais competitivo, um país mais qualificado é um país mais atento, um país mais qualificado é um país mais justo e mais livre”(Diário de Notícia Expresso: 20/03/2009).

Segundo o relatório da UNESCO (2006) citado por (Clarissa Neves 2007:14) “segunda metade do século XX passou para a história do ensino superior como o período marcado por uma extraordinária expansão. O número de matrículas de estudantes em escala mundial passou de 13 milhões em 1960 para 82 milhões em 1995. Dados de 2004 revelam um crescimento para 132 milhões de estudantes”. Existe uma procura crescente por ensino superior e um reconhecimento sobre sua importância estratégica para o desenvolvimento económico e social de uma sociedade ou mesmo uma nação. Sem dúvida, o ensino superior vem demonstrar a sua importância para promover transformações na sociedade, por isso passou a fazer parte de índice de temas considerados fundamentais e estratégicos para o futuro de muitos países. Propaga-se a convicção de que o desenvolvimento requer cada vez mais, a aumento dos níveis de escolaridade dos indivíduos; e que as urgências do desenvolvimento e conseqüentemente o novo perfil da discussão exigem flexibilidade, agilidade alternativas de formação adequadas às expectativas de rápida inserção num sistema produtivo em constante mudança. Ainda assim, estas novas expectativas de formação pressupõem rutura com padrões e modelos rígidos e, em muitos casos, indiferenciados de ensino superior. Igualmente implica em mudanças no perfil de formação, qualificando-a no tocante ao domínio de conhecimento, na capacidade de aplica-los criativamente na solução de problemas concretos, no desenvolvimento. Fundamental é que essas mudanças assegurem a ampliação do acesso ao ensino superior. O impacto das novas buscas do ensino superior é sentido e equacionado de modo distinto entre os diferentes países, em virtude da história de seus sistemas de ensino, de sua organização, capacidade de reação, de mobilidade de recursos e de implantação de políticas pertinentes.

### **1.5 A Importância de Ensino Superior em África**

Yusuf (2008), citado no relatório da SARU (2012:22), recorda que “após o crescimento e desenvolvimento das universidades africanas nos anos pós-coloniais, na viragem do século XXI testemunhou um sistema do ensino superior afetado por problemas de novas dimensões. Enquanto emergiam novas perceções a nível internacional acerca da importância do ensino superior em políticas de desenvolvimento, o sistema do ensino superior na região foi caracterizado por uma considerável negligência”.

Uma das preocupações de ensino e do ensino superior no continente africano é a noção herdada por parte dos governantes, discentes e mesmo académicos de que o ensino superior é um fim em si mesmo. Esta herança colonial patenteou-se no facto de ter sido garantido um

lugar na função pública ou por vezes em algumas burocracias governamentais à maioria dos alunos universitários em época pós-colonial.

Reconhecidas pelo sistema do ensino superior elitista da época juntamente com o número reduzido de universidade e vagas disponíveis para alunos, as pessoas que tinham a oportunidade de aderir ao ensino superior sendo elas filho de dirigentes e pessoas de alta sociedade eram ensinadas como elites e era-lhes garantido emprego automático em cargos administrativos superiores no serviço público.

Foi neste âmbito que o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI) fizeram estudos sobre taxas de retorno na educação e concluíram rapidamente que o ensino superior em África era sobretudo um bem privado e não um bem público que garantia mais retornos económicos pessoais do que benefícios públicos.

Brock-Utne (2000) citado no relatório da SARU (2012:23), menciona que “posteriormente, isto resultou em cortes no financiamento do ensino superior, uma vez que era considerado um luxo e não uma necessidade para o desenvolvimento da África”.

O método do ensino superior atual obriga a uma nova visão em termos de qualidade que relaciona a massificação do ensino com a formação de profissionais de elevado nível, uma educação idônea que atualize os conhecimentos e obtenha novas aptidões, assentes na criatividade, na construtividade e na atualidade.

A administração das atividades de pesquisa nos países menos desenvolvidos ou em vias de desenvolvimento passa essencialmente pela valorização dos recursos cognitivos, a criação de fundos necessários para investir de maneira eficaz na investigação, pela eleição de uma comunidade científica própria, e pelo atalhar da fuga dos cérebros para os países ricos.

Conforme Vilalta (1992, citado por (Joanita Rodrigues 2005:46) “os países em desenvolvimento perdem todos os anos milhares de especialistas, frustrados com o baixo nível de salários e pelas possibilidades limitadas que se lhes oferecem, emigrando para os países ricos onde as suas competências são mais bem utilizadas e remuneradas”. Como exemplo aponta o continente africano, que tenha perdido entre 1985 e 1990 aproximadamente sessenta mil (60.000) quadros médios e superiores e os Estados Unidos e Canadá da década de 30 à década de 90 do secº XX, tiveram um acolhimento de mais de um milhão de quadros provenientes dos países em vias de desenvolvimento.

No presente discurso sobre o desenvolvimento, o conhecimento tornou-se um dos principais recursos para a economia global e a aprendizagem tornou-se essencial para o processo de inovação e produção. As universidades e as instituições de ensino superior assumiram, assim,

um papel mais central no planeamento do desenvolvimento económico e social. Ao executar essa função, o ensino superior testemunhou significativas modificações no seu planeamento, administração e nos modelos de conhecimentos provenientes das universidades. Gibbons (1994) e Trow (2005) citado no relatório da SARU (2012:20), defendem que “estas mudanças incluem a massificação do ensino superior, uma mudança de controlo do Estado para supervisão do Estado, ênfase na produção de conhecimento do um aumento da quantidade e qualidade do conhecimento, assim como a capacidade de transferir e aplicar o conhecimento através de atividades inovadoras”.

(...)OCDE (2001,2004), citado no relatório da SARU (2012:20) realça que “as economias desenvolvidas, as regiões emergentes e as economias em transição procuram cada vez mais que as prioridades de desenvolvimento estejam em consonância com o ensino superior, a produção de conhecimento e as políticas relacionadas com a formação.” Sob a influência do conhecimento no processo de produção, evoluíram novos conceitos, noções e abordagem ao crescimento e desenvolvimento económicos e sociais. Cooke, Leydesdorff (2006), e Kruss (2012) citado no relatório da SARU (2012:20), relatam que “alguns destes incluem mudanças de noções, como de uma vantagem comparativa para uma vantagem construída com base na capacidade de inovar e transferir conhecimento entre sectores” Neste contexto, devemos questionar de que forma as universidades podem contribuir no sentido de ajudar um país ou uma região a desenvolver como o caso de países africanos. “Foi identificada uma “nova” forma de capitalismo cognitivo baseada na capacidade de uma economia produzir e absorver novo conhecimento e novas tecnologias para crescimento económico e social (Burton-Jones 1999) ”citado no relatório da SARU (2012:20). Acima de tudo, foi defendido que um denominador comum em todas estas mudanças é o papel das instituições e universidades de ensino superior na capacidade de produzir conhecimento e trabalhadores do conhecimento capazes de manter e fazer progredir estas novas modificações. Confrontando com algumas das mudanças globais supramencionadas e outras, a educação de um modo geral a educação superior em particular encontram-se numa encruzilhada no âmbito africano.

O desenvolvimento dos países em vias de desenvolvimentos passa obrigatoriamente por dois aspetos: o investimento em recursos humanos e nas reformas económicas. No que diz respeito ao investimento de recursos humanos tem sido colocado para o segundo plano. Sabe-se que a formação é um pilar importante no processo de desenvolvimento de um país. Uma vez que a maior riqueza de um país reside no seu capital humano, o desenvolvimento desse recurso é

condição indispensável para que esse país possa prosperar e alcançar o mais alto nível de desenvolvimento. (Penim na intervenção no congresso de estudantes Africanos em Portugal1996). Neste âmbito, tem lugar de relevância a formação em geral e mais especialmente a formação profissional, pois ela é sem dúvida, um fator de acréscimo e valorização do capital humano e uma base do crescimento do potencial socioeconómico de qualquer país ou região. “Como sabem, nos últimos anos, muitos dos países em vias de desenvolvimento têm assistido grandes transformações políticas, multipartidarismo, e alguns deles têm estado interessados num esforço de guerra consumidora de recursos materiais e de homens.”(Penim na intervenção no congresso de estudantes Africanos em Portugal1996:67)

Segundo (AULP 2001) as instituições de ensino superior, precisam necessariamente de programas académicos bem definidos e de uma missão clara. A maioria das instituições de ensino superior em países em vias de desenvolvimento sofre severas deficiências no campo de corpo docente e discente. Infelizmente muitas instituições de ensino superior do topo nesses países, o seu corpo docente têm fraca, ou quase nenhuma formação de nível de graduação. Este fator faz limitar o nível de conhecimentos adquiridos por discentes e restringe a capacidade de os mesmos gerarem novas ideias. Ainda é utilizado o método de ensino já ultrapassado, os docentes fazem pouco mais nas aulas do que copiarem as suas anotações para o quadro, os estudantes são incapazes de comparar um livro. Os mesmos limitam-se a transcrever essas anotações para seus respectivos cadernos.

Muitos dos problemas que envolvem o ensino superior estão enraizados numa carência de recursos, visto que, os países em vias de desenvolvimento fazem pouco investimento no estudante em relação aos países desenvolvidos. A experiência do ensino superior nos países africanos tem sido iludida até o dia de hoje. Segundo o autor (AULP 2001) a sua contribuição para o desenvolvimento social e económico não refletiu as suas realizações nos países desenvolvidos. O motivo desse fracasso dever-se-á a uma pobre educação, uma escassez de contribuições significativas para o conhecimento e um fracasso de aumentar o interesse público.

## **1.6 Ensino Superior nos Países Lusófonos**

Com a independência política dos países africanos lusófonos, a educação passou a ser considerada como o sector prioritário no gigantesco esforço do desenvolvimento. A não existência de sistema de formação nesses países, adequadas aos desafios que se colocavam em

matéria de crescimento e desenvolvimento, não havia outra saída senão enviar os quadros para formação no exterior. Neste sentido, a educação tem sido vista como fator de desenvolvimento. Na intervenção de Marçal no congresso de estudantes Africanos em Portugal (1996:18), refere que, “nem todos os estudantes que saíram para se formarem no exterior retornam aos respetivos países de origem. Uns porque nem sequer terminam a formação, outros por terem encontrado no país de acolhimento condições aliciantes (nomeadamente a nível de remunerações) e adiaram sucessivamente o regresso”. “(...) a questão de não regresso afeta todos os países africanos. Esta matéria deve ser bastante aprofundada pois o não regresso constitui uma perda significativa para todos, tanto para quem vive da bolsa, como para o país de origem do estudante bolseiro, como para o próprio estudante que, ao ficar, não contribui para o desenvolvimento do seu país e não vê muitas vezes, as suas mais-valias devidamente valorizada aqui”.

Miguel na sua intervenção no congresso de estudantes Africanos em Portugal (1996: 59),”refere que, mais de 50% dos 60 000 técnicos africanos altamente qualificados, residem e trabalham fora do continente, para escapar a situações como de uma jovem médica que passa a citar: o que ganho no hospital chega para sustentar a minha família durante dois dias, os restantes 28 dias ficam por conta de uma Organização Não Governamental (ONG) onde passo uma grande parte do tempo.” De um modo geral “os governantes do continente africano nunca criaram as condições necessárias ao aproveitamento condigno dos recursos humanos no processo de desenvolvimento económico e social. Miguel na sua intervenção no congresso de estudantes Africanos em Portugal (1996: 59),” É raro um quadro formado no exterior, conseguir no seu país de origem, um posto no trabalho compatível com a sua formação.”

Sendo que, quanto mais tempo bolseiro permanecer no estrangeiro, maior são as viabilidades de não regressar, principalmente se beneficia de uma bolsa privada, não-governamental. Além disso, quanto mais qualificado for, maiores são as hipóteses de encontrar emprego nos países de acolhimento, e quanto mais afastado estiver do seu país de origem, menos saberá sobre as possibilidades de emprego no seu país. “Outro motivo que também tem desencorajado muitos quadros é a instabilidade política do seu país. A esta, acrescente-se o estímulo que alguns países desenvolvidos dão a quadros altamente qualificados para que permaneçam, nomeadamente remunerações proibitivas para os países em vias de desenvolvimento” (intervenção do Barros no congresso de estudantes Africanos em Portugal (1996:81). Porém, fluxos migratórios de quadros qualificados que deixam os países em vias de desenvolvimento

para irem viver e trabalhar em países desenvolvidos, foram particularmente intensos durante a década 60, e não pararam até aos nossos dias. Muitos trabalhadores em geral emigram por motivos económicos, sociais e políticos, mas a emigração de trabalhador qualificados está geralmente ligada a causas específicas: como a busca de ambiente adequado à realização profissional, situação profissional conciliável a suas respetivas aptidões. Os países em vias de desenvolvimento só muito raro estão em condições de confirmar aos capitais humano qualificados a organização, os equipamentos de investigação e o prestígio exigidos.

O não regresso dos quadros aos seus países de origem, não é um fenómeno recente, mas só nos últimos tempos se tornou uma questão central no debate dos problemas do desenvolvimento. Esse mesmo fenómeno pode ser entendido como a “fuga de cérebros” ou “transferência de competência” (...) ou ainda transferência inversa de tecnologia termos utilizados em várias literaturas sobre esta matéria. (Barros 1996:79) “Os estudantes adaptam-se a hábitos diferentes e depois não encontram no seu país o enquadramento profissional e técnico que desejariam. Mesmo que arranjem emprego, isso não implica uma imediata reinserção.” (intervenção da Ribeiro no congresso de estudantes Africanos em Portugal (1996: 64). A carência de “boa governação” na grande parte dos países é o maior fator do não regresso dos muitos formado são seu país de origem. Esta falta concretiza-se em meios profissionais desfavoráveis, carências de toda a ordem, instabilidade política e violações dos direitos humanos entre outros fatores sociais.

Portugal tem sido nos últimos anos um dos países sobre o qual recai a maior escolha dos estudantes dos países africanos lusófonos para obterem a sua formação pós-liceal, dado o motivo de uma estreita relação bilateral entre os estados membro da CPLP. (Barros 1996) Muitos especialistas entendem que a emigração de quadros qualificados, se por um lado representa uma perda de recursos humanos, exercendo por isso efeitos negativos sobre o processo de desenvolvimento, por outro lado podem ter efeitos positivos. A emigração pode travar as perdas diretas para os países em vias de desenvolvimento, nomeadamente as perdas relativas aos custos com a formação e subsistência de futuros emigrantes enquanto se mantiverem improdutivos.

## **CAPÍTULO II- CARACTERIZAÇÃO DE STP**

Neste capítulo pretendemos fazer uma breve caracterização de S.Tomé e Príncipe em diverso contexto como: a educação em STP no contexto geral, ensino superior no país e número de estudante que frequentam esse tipo de ensino em Portugal desde 1997/98 até 2013.

### **2 Breve Caracterização de São Tomé e Príncipe**

#### **2.1 Situação Geográfica**

Segundo dados da INE-STP (2012:7) ”arquipélago de São Tomé e Príncipe é o menor país da CPLP e o segundo menor estado africano. A República Democrática de São Tomé e Príncipe é um arquipélago constituído principalmente por duas ilhas situadas no Golfo da Guiné e afastadas 380km da costa ocidental de África (latitude 00° 04’N tem 010 41’N de longitude 06° 25’E a 07° 28’E). Estas ilhas ocupam uma extensão de 1001 km<sup>2</sup>, e situam-se no equador e um pouco distante do Gabão, a ilha de São Tomé tem uma superfície de cerca de 850 km<sup>2</sup>. A ilha do príncipe estende-se dos 300 km<sup>2</sup> e situa-se a 150 km ao norte de São Tomé. O Arquipélago é o resultado de uma atividade vulcânica antiga. Possui um relevo muito acidentado, com cimeiras montanhosas que atingem 1.500m”.

O mais pequeno país de África, possui um clima de tipo tropical húmido com duas estações. Uma estação chuvosa de nove meses que ocorrem entre Setembro e Junho e outra estação mais ou menos seca (“Gravana”) entre Junho e Setembro de cada ano. Muito influenciada pelo relevo, a temperatura média anual é de cerca de 26°C nas regiões montanhosas, enquanto a humidade relativa atinge 75%.A natureza montanhosa das ilhas está na origem da grande diversidade climática no país. O país dispõe de dois parques naturais com uma superfície total de 295 km<sup>2</sup> que representa cerca de 30% da superfície do arquipélago.

As ilhas são de origem vulcânica, com um relevo muito acidentado cujos pontos mais altos são o Pico de São Tomé (2024 m) e o Pico de Príncipe (948 m).

O isolamento da Republica Democrática de S. Tomé e Príncipe (RDSTP) em relação aos outros países do continente africano gerou uma diversidade biológica singular, o mesmo não tem fronteiras terrestres, mas situa-se relativamente próximo das costas do Gabão, Guiné Equatorial, Camarões e Nigéria.

As ilhas de São Tomé e Príncipe estiveram desabitadas até 1470, quando os navegadores portugueses João de Santarém e Pedro Escobar as descobriram. Foi então, uma colónia de Portugal desde o século XV até sua independência em 12 de Julho de 1975. É um dos membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Segundo a legislação denominada “Lei da Divisão Administrativa” de 21 de Novembro de 1980, que definiu a organização territorial do país, com fins políticos e administrativos, este ficou dividido em sete distritos (Água Grande, Cantagalo, Caué, Lembá, Lobata, Mé-Zochi, Pague), sendo seis para S.Tomé e um para o Príncipe como órgãos administrativos próprios (Câmaras Distritais). A ilha do Príncipe atualmente possui um estatuto de Região Autónoma. Cada distrito subdivide-se em aglomerações (cidades e vilas) e estas em localidades (INE-STP-2012).

Figura nº1



Fonte: Wikitravel, 2014-04-11

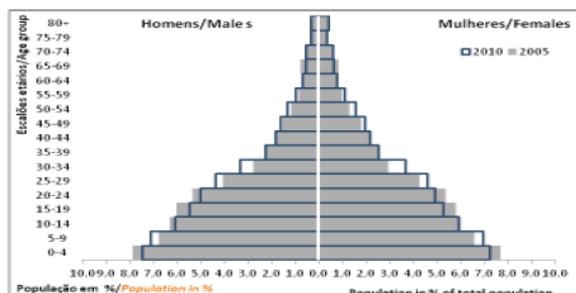
## 2.2 Situação Demográfica de São Tomé e Príncipe

Segundo Costa e Faria (2012:210), “ São Tomé e Príncipe é um Estado insular com uma população de 187.000 habitantes, cuja taxa de crescimento populacional anual ronda os 2%. Desabitado na altura da sua descoberta pelos portugueses na segunda metade do século XV, foi povoado por colonos brancos e escravos africanos (...)”.

## Gráfico nº1

### Pirâmide etária de STP

7 São Tomé e Príncipe/ *Sao Tome and Principe*



Fonte: INE-CPLP 2012

Segundo os dados fornecidos por (INE-CPLP 2012), sobre estrutura etária da população de STP, verificamos que, o gráfico nº1 acima representado demonstra uma característica comum das maiorias dos países em vias de desenvolvimento onde a pirâmide é do tipo base larga e topo estreito, traduzindo assim, por população muito jovem. A maioria com idade compreendida entre zero (0) aos trinta e cinco (35) anos e com uma fraca existência da população idosa.

## 2.3 Organização Política e Administrativa

Após cinco (5) séculos de dominação colonial portuguesa, São Tomé e Príncipe tornou-se independente em 1975. Nos primeiros anos de independência, o país optou por uma via de desenvolvimento baseada na economia centralizada e com um regime de partido único. Em 1990, considerada como 2ª República o país dotou-se de uma nova constituição política baseada na democracia multipartidária, com o poder distribuído por quatro órgãos de soberania, o Presidente da República, a Assembleia Nacional, o Governo e os Tribunais.

Do ponto de vista administrativo, o país organiza-se por distritos, em número de seis, na ilha de São Tomé e uma região administrativa especial, a Região de Príncipe com um estatuto político-administrativo próprio.

## 2.4 Situação Socioeconómico de S.Tomé e Príncipe

STP, tem vulnerabilidade própria, devido a sua reduzida dimensão territorial e populacional. A sua exportação é centralizada na produção de cacau e café, e uma grande dependência das importações. Sendo um país onde possui a incapacidade de trair o investimento externo ou privado, e pouca capacidade de gestão administrativa, causada da escassez de formação de recurso humano são fatores que não contribuí para a diminuição da sua dependência. Devido a nacionalização das roças de produção de cacau e café nos anos 80 foi responsável pela deteriorização da situação económica das ilhas, visto que, as mesmas são responsáveis pela quase a totalidade do PIB do país. Após a dita 2ª República, houve grande instabilidade política com mudança sucessivas de governo não permitiram implementação das reformas necessárias e proposta imposta por comunidade internacional. A liberalização da economia e a desvalorização da moeda local, aliadas a pouca dinamismo económico, contribuíram para o aumento do custo de vida e dos preços. A concentração dos investimentos no sector agrícola, infraestruturas e de transporte tiveram efeitos reduzidos. Dadas as condições geográficas e naturais existentes em STP torna o país como forte potencial turístico onde poderia contribuir para o desenvolvimento económico das ilhas. Atendendo a falta de infraestruturas ligada a desenvolvimento deste sector até a data presente o país não está tirar proveito deste sector. Este sector está longe de transformar em grande gerador de emprego e rendimento como acontece com outros países africanos, onde o contributo para o Produto Interno Bruto (PIB) ronda os 60%. O fracasso desse investimento deve-se à falta de um plano global de desenvolvimento com objetivos bem definidos. (Cardoso2007)

A situação social em STP, a partir dos anos 90, não proporcionou à população um nível conveniente de desenvolvimento apresentando-se, em alguns fatores, pior que na época da independência. Sendo que esta evolução está ligada a aumento de desemprego, inflação, desvalorização da moeda, diminuição da remuneração e estagnação do PIB per capita“ Esta degradação das condições de vida da população assalariada impelia-a a desenvolver atividades complementares no sector informal da economia: 52,7% da população ativa procura na atividade informal rendimentos adicionais, sector que ocupa mais de 60% da população ativa sendo, o sector informal praticamente o único a oferecer emprego e rendimento nos centros urbanos” Cardoso (2007:339)

A maioria da população rural vivia em situação de pobreza extrema, uma grande parte da população urbana vive em bairros periféricos em situação de pobreza, com carência graves nos domínios de infraestruturas como: a habitação condigna, a água e saneamento básico.

De acordo com a Agência Lusa (2012), o salário mínimo em São Tomé e Príncipe é de um milhão de dobras na moeda nacional, equivalente á quarenta euros (40€).Este valor foi alcançado após entendimento entre Governo e parceiros sociais, reunidos em conselho de concertação social, que acordaram em aumentar o salário de base em 21,63%.

Foi criado pelo PNUD o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) que combina três dimensões básicas do desenvolvimento humano, uma vida longa e saudável, conhecimento e um nível de vida digno. Nesta perspetiva do desenvolvimento o centro das preocupações é colocado no bem-estar das pessoas, assegurando-lhes a igualdade de oportunidades, de acesso aos sistemas de educação e saúde bem como o desenvolvimento das suas capacidades. Parte da ideia de que as pessoas constituem a riqueza de uma Nação pelo que o objetivo primordial de qualquer processo de desenvolvimento deve ser a criação de um ambiente que lhes proporcione uma vida longa, saudável e criativa.

Deste modo, este conceito procura abranger diversas dimensões da vida social, tendo por base a noção de que a criação de rendimento não é a condição suficiente para a melhoria das condições de vida das populações. Neste conceito está patente a necessidade de criação de mecanismos para investimentos em infraestruturas de educação, de modo reforçar as competências dos indivíduos, atribuindo-lhes poder, e em infraestruturas de saúde e de saneamento, de modo a permitir lhes o acesso a um estilo de vida condigno. O conceito de desenvolvimento humano comporta ainda outras dimensões de carácter não material, como por exemplo a cooperação entre os indivíduos, a segurança (não apenas do ponto de vista militar mas também ao nível da subsistência alimentar, no emprego, na saúde e em relação aos desastres ambientais).

De acordo com o último Relatório do PNUD sobre o Desenvolvimento Humano de (2013:6), “São Tomé e Príncipe ocupa o 144º lugar entre 187 países, com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,525. Seu nível de rendimento médio de 1.508,64 dólares/habitante 2012 o coloca no grupo dos países de rendimento intermediário, com um produto interno bruto (PIB) em 2012 estimado de 264 milhões de dólares”.

O obstáculo ao desenvolvimento de STP é a sua dimensão muito limitada do mercado interno, sistema geográfica, pouca diversificação de recursos e ausência de massa critica e também por possuir uma economia mais pequena do continente africano.

Podemos assim dizer que, 66,2% da população de STP vive abaixo do limiar de pobreza. Nos últimos anos a situação de pobreza tem estado a agravar-se, embora havendo um bom

desempenho macroeconómico, dado que, o progresso económico não traduz necessariamente, uma melhoria substancial na vida dos indivíduos.

## 2.5 Educação em São Tomé e Príncipe

O desenvolvimento de capitais humanos constitui, em qualquer nação, o investimento mais valioso em termos de sustentabilidade de crescimento económico, mas também do desenvolvimento humano. Sendo uma nação como STP, um pequeno país insular, onde a dificuldade de produção de bens materiais, associados a produções de baixa tecnologia, são penalizadas pelos elevados custos de transporte, um país que está a despertar para a produção petrolífera, o desenvolvimento de recursos humanos assume uma importância acrescida. Segundo o relatório do (PNUD 2013:17), “S. Tomé e Príncipe possui quadros formados, porém regista-se ainda a falta de mão-de-obra qualificada para fazer face aos novos desafios que se colocam, como a transformação de São Tomé e Príncipe numa Plataforma de Prestação de Serviços, a exploração de petróleo, entre outros”. Neste âmbito, torna-se fundamental investir no capital humano, o que compromete a melhoria da capacitação técnica e profissional das pessoas, para que as mesmas associem-se no desenvolvimento do país. Uma vez que, o público-alvo serão pessoas com formação superior, daí o motivo de apenas referimos forma substancial do ensino secundário em STP. Esse nível de ensino segundo “decreto-lei nº2/2003 designava-se por pré-universitário. Correspondia á10ª a 12ª classe, com o seu acesso facultativo a jovens com idade não superior a 18 anos, mas o 12º ano não viria ser implementado”(INE-STP 2005...). Era um nível de ensino só disponível em dois estabelecimentos de ensino ainda em 2011, sendo no liceu nacional de STP e no liceu da cidade da Trindade.

Segundo as autoras, Costa e Faria (2012:214), “depois de Independência de STP, em 1975 a discrepância relativamente ao desenvolvimento de ensino acentuou-se. Durante 36 anos, STP não conseguiu estabelecer uma outra instituição que possibilitasse a obtenção do 11º ano e nem sequer criou o 12º ano pré- universitário no único estabelecimento do ensino secundário, o liceu nacional”. Contudo, em 2010 foi introduzido pela Cooperação portuguesa neste liceu o 12º ano profissionalizante. Ainda o mesmo autor, naquela altura o liceu nacional, constituído nos anos 60 para 600 alunos, e atualmente esta sobre lotado com cerca de cinco mil (5000) alunos do7º ao 11ºano de escolaridade.

Atualmente existe em STP doze (12) escolas de ensino secundário básico, sendo sete (7) até ao 8º ano e cinco (5) até ao 9ºano. Desde 1989, existe em STP uma escola secundária privada, ligada a igreja católica. (Costa e Faria 2012) O instituto diocesano de formação João Paulo II, (IDF) alcançou correspondência pedagógica com ensino secundário português em 1993, sendo a única (...) a utilizar os currículos portugueses de todo o ensino secundário e a aplicar as provas de exames portuguesas, com correção em Portugal, em conjunto com as provas dos alunos portugueses. O IDF tinha como titular a diocese de STP e dependia pedagogicamente do ministério de educação de Portugal e financeiramente da cooperação portuguesa. Em 2010, este estabelecimento tinha 331 alunos, dos quais 78 frequentavam o 12ºano pré-universitário. Destes, 40 vieram do liceu nacional para completar o ensino secundário. O ingresso dos alunos nesta escola secundária estava condicionado à realização de uma prova de admissão em português e matemática, habilitação mínima 10ª classe para alunos do ensino público que estiverem interessados á frequentar o estabelecimento, consoante a área escolhida. Todavia o seu quadro docente era constituído por 39 professores, na sua maioria nacionais. Cardoso (2007)

Em 39 anos da independência apenas em agosto de 2011, foi construída uma segunda escola secundaria com uma capacidade para 720 alunos, inaugurada na cidade da Trindade, no segundo distrito mais populoso de STP o Mé-Zóchi, com inclusão de 10ª e 11ª classe respetivamente.

Segundo os dados estáticos de STP (2012:42) em 2001, “apenas 3,6% da população são-tomense possuía a instrução secundaria, da qual 1,4% de sexo masculino e 2,2% sexo feminino”. No que diz respeito a 2º ciclo do secundário 10ª a 12º ano de escolaridade o efeito escolar até ano letivo 2013/2014 estavam matriculados quatro mil e oito (4008) alunos, distribuído por apenas sete (7) escolas e todo o país. O ensino técnico profissional em STP é um tipo de ensino onde existe pouca relevância no país. Até o ano de 2000 existia apenas 3 escolas profissionais no país, cujo tempo da formação variava entre três (3) meses a dois (2) anos. A única onde além da formação técnica recebia o certificado de equivalência ao ensino recorrente é o centro de formação politécnico que existe no país desse ano de 1987. No início frequentava apenas anos cuja escolaridade mínima de ingresso era 6º ano que concluíam com uma qualificação profissional de nível geral, equivalente ao ensino básico, 9º ano. O centro apenas fornece curso de mecânica, eletricidade e construção civil entre outros; sendo o único estabelecimento que na década de 90 lançou, para o mercado de trabalho, profissionais

técnicos. Sob a direção de Ministério de Educação e Cultura em cooperação com França o seu corpo docente tem uma formação pedagógica feita em França fruto da cooperação. Após o ano de 2000 este organismo sofreu uma reestruturação com objetivo de disponibilizar cursos secundários técnicos com equivalência ao 12º ano cuja habilitação de ingresso passou a ser exigida ao 9º ano com uma duração de três (3) anos e com um estágio profissional de 18 meses durante a formação em algumas empresas com objetivo de estarem em mundo. (Cardoso 2007)

O ensino técnico profissional presentemente é frequentado por cento e oitenta e nove (189) estudantes e está distribuído por três estabelecimento ao nível do país como centro politécnico, IUCAI e CSPQ do liceu nacional. Para concluir podemos assim dizer que, de uma forma sucinta que ao nível do país encontra matriculado no 1º ciclo de secundário (7ª a 9ª classe) um total de treze mil e setecentos e sessenta e quatro alunos (13764), no segundo ciclo (10ª a 12ª classe) do secundário um total de quatro mil e oito aluno (4008), no ensino técnico profissional com um total de cento e oitenta e nove inscritos.

## **2.6 Ensino Superior em São Tomé e Príncipe**

O ensino universitário propõe-se assegurar uma sólida preparação científica e cultural e proporcionar uma formação técnica que habilite para o exercício de atividades profissionais e culturais. Como consta no relatório intitulado Educação Para Todos STP (2002-2015:16), ”o ensino politécnico visa proporcionar uma sólida formação cultural e técnica de nível superior, desenvolver a capacidade de inovação e de análise crítica e ministrar conhecimentos científicos de índole teórica e prática e as suas aplicações com vista ao exercício de atividades profissionais”. Para isso, têm acesso ao ensino superior, pessoas habilitadas com o ensino secundário ou equivalente, dadas as necessidades da formação para o desenvolvimento do país. Todavia, o papel do Estado é criar condições que possibilite ma frequência a todas as pessoas de forma a evitar os efeitos discriminatórios.

Anteriormente no que diz respeito a política do Estado são-tomense em matéria de formação superior era justificada, de que as reduzidas dimensões do país não justificavam a criação de uma instituição de nível universitário ou mesmo politécnico superior local.

Daí a razão que a formação superior de quadros santomenses tenha sido feita sempre no estrangeiro através da atribuição de “bolsas de estudo” postas à disposição do país pela cooperação externa. E na total ausência de uma política de planificação estratégica desta formação. O impacto da sua ação para o desenvolvimento do país é enorme, no entanto,

muitos dos quadros formados no exterior principalmente no continente europeu abstêm-se de regressar ao país após a formação, o que se constitui como um grande desaproveitamento nacional. Ainda, no mesmo relatório, nos últimos anos é referido que o Ministério de Educação Cultura e Formação (MECF) absorve cerca de 50% do seu orçamento com ensino superior dos quais 37% são destinadas a bolsas de estudo dos estudantes no exterior, e aproximadamente 10% para estudantes no arquipélago de STP. Com estas situações o orçamento de Ministério Educação Cultura e Formação tem sofrido um aumento gradual nos últimos anos. Os valores das ajudas de custo “bolsa de estudo” variam de país para país, onde o montante referente aos estudantes em Portugal é de duzentos e cinquenta euros (250€) mensal. Face a esta situação, o Ministério de Educação Cultura e Formação, vem adotando medidas institucionais de carácter corretivo, nomeadamente a criação de uma direção específica para monitorar este ciclo de ensino.

Trata-se, na realidade, de implementar uma política de formação e planificação estratégica realista para este ciclo, capaz de disponibilizar recursos humanos à altura dos desafios do desenvolvimento sustentado de STP.

Dada a ineficácia da política de formação superior feita no exterior, e com a crescente procura da parte dos estudantes, esta política foi ligeiramente alterada e atualmente foram criadas no país, instituições de ensino superior. Atualmente existem três instituições de ensino superior em STP, Instituto Universitário de Contabilidade Administração e Informática (IUCAI, privado, inaugurado em 1992), o Instituto Superior Politécnico (ISP, público, 1997) e a Universidade Lusíada de São Tomé e Príncipe (privada, 2006). Os currículos destas instituições integram um ano preparatório equivalente ao 12º ano liceal. Segundo Costa e Faria (2012:216), “o IUCAI, que funciona em regime pós-laboral, tem licenciaturas em Informática e Gestão de Empresas, Contabilidade, fiscalidade e Auditoria e Gestão e Organização de Empresa com uma duração de cinco (5) anos. Em 2010 o IUCAI graduou 109 estudantes nestas áreas”, como escola privada, com fins lucrativos, apenas estava acessível a uma pequena camada da populacional por exigir o pagamento de uma propina de 100 euros/mensal valor muito acima do salário mínimo nacional. Os cursos tinham o reconhecimento do Ministério da Educação de STP e, através de um protocolo com o ISCTE, havia a possibilidade para esta instituição ai completarem a licenciatura” Cardoso (2007:367) atualmente IUCAI conta com um total de trezentos e setenta e sete (377) estudantes “. O ISPSTP “é uma instituição pública, tutelada pelo Ministério da Educação tendo iniciado as

suas atividades com cursos de bacharelato quarto (4) anos prioritariamente destinados à formação de professores para o ensino secundário nas áreas de Português/Francês, Matemática/Biologia, História”, entre outros. O ISP, cujo currículo integra o ano zero, por quase ausência de 12º ano no país tem vindo a aumentar o seu número de estudantes inscritos desde a sua criação. O instituto conta com cerca de mil seiscentos e quarenta seis (1646) estudantes em 2013/2014 frequentando cursos de bacharelato e licenciatura em Educação, Economia, Administração e Turismo entre outros. O ISP dedica-se sobretudo à formação dos professores. No entanto, a apetência pela formação no exterior e a concessão de bolsa de estudo para o exterior nas mesmas áreas de estudo têm conduzido a uma procura limitada de cursos oferecidos por esta escola. Sendo que, “todos os professores têm formação superior e alguns pós- graduados e dos protocolos realizados com duas escolas portuguesas a Universidade de Porto e Instituto Politécnico de Braga” (Cardoso 2007:367).

Com abertura em 2006/2007, de um Pólo de Universidade Lusíada, escola privada com fins lucrativos, condicionante para a maioria da população com menos recurso financeiro, tal como acontece como IUCAI, não soluciona a escassez de oferta de formação superior a não ser que sejam concedidas bolsas para o prosseguimento de estudo no país.

Esta última, a Universidade Lusíada de S. Tomé e Príncipe UL-STP reconhecida pelo Estado através do Decreto-Lei nº 22/2005 a UL-STP é o mais recente estabelecimento de ensino superior de carácter privado criada no país, as atividades letivas tiveram início em Novembro de 2006. O estabelecimento oferece os cursos de licenciatura em Direito, Ciências Económicas e Empresariais e Informática, cujos alunos têm de completar um ano propedêutico que dá equivalência ao 12º ano de escolaridade e só assim começam a frequentar o ensino superior propriamente dito. Os primeiros graduados deixaram esta modesta instituição, com menos 200 estudantes no ano de 2011. (Costa e Faria 2012)

Também, Cardoso (2007) cita que, a formação de técnicos superiores nas diversas áreas fazia-se, ainda em 2005/2006, na sua maioria no estrangeiro nos países como: Portugal, Cuba, Moçambique, França Brasil e Marrocos entre outros. Ficando os financiamentos suportadas pela cooperação com respetivos países e, em algumas circunstâncias, sobre a responsabilidade do governo de STP. (...)“o envio de estudantes para o exterior tem criado constrangimentos relacionados com o seu regresso após o termino da formação” (Cardoso 2007:338).

Depois da independência de STP em 1975, Portugal tornou-se apenas um entre vários países que ofereciam bolsas de estudo ou vagas nas suas universidades para estudantes dos países de língua portuguesa e nesse termo específico STP. Contudo, os dados disponíveis mostram que Portugal sempre tem sido um destino importante para estudantes de STP. Durante o regime monopartidário de orientação socialista, que ocupava país o poder até 1990, a maior parte das bolsas é disponibilizada por países de bloco de leste e Cuba. Estas formações superiores feitas nos países socialistas facilitaram muito os são-tomenses, de origens modestas, a integração nas elites político-administrativas do país.

Logo a queda do muro de Berlim e da mudança democrática em STP, em 1990, o papel dos ex-países socialista abrandaram na formação de quadros superiores significativamente, devido a oferta das bolsas. A única exceção é Cuba que desde 2005, voltou a receber os números consideráveis de estudantes de STP. Todavia, em Agosto de ano 2009, aproximadamente 188 estudantes que estiveram em Cuba regressaram a STP, após cinco (5) anos de formação. (Costa e Faria 2012) Sendo assim, o sistema de educação de STP em todos os domínios é excessivamente deficitário, mostrando diversas limitações derivado os condicionamentos político, económicos e sociais do país, pelo que a educação não tem sido virada para a grande parte da população jovem no sentido de ser a iniciadora e promotora do processo de desenvolvimento do país. Urge a necessidade de criação de políticas credíveis que permitam um maior desempenho no sector da educação, uma vez que, mais e melhor formação e qualificação é sem dúvida, mais-valia para o desenvolvimento de STP. Presentemente o antigo ISP foi concedido o estatuto da universidade de STP (USTP) é uma instituição de ensino e de ciência, cuja sua missão é baseada na criação, transmissão e valorização social e económica do conhecimento e da cultura, comprometida com o progresso da sociedade santomense. Com variadas atribuições uma delas é assegurar a prestação de serviços à sociedade e contribuir para o desenvolvimento social e económico do país, designadamente através da colaboração com entidades públicas, empresariais, não-governamentais e associativas. No que diz respeito a ensino superior doméstico existia até ano letivo 2013/2014 cerca de dois mil e vinte três (2023) alunos matriculados em diversos estabelecimentos de ensino.

### **2.6.1 A Razão da Criação do Ensino Superior em STP**

A sua criação tem como objetivo, garantir uma oferta sustentada de um ensino superior local de qualidade, diversificado e ajustado a padrões internacionalmente

reconhecidos, e que tenha em conta as reais necessidades do país; “Implementar uma política de planificação estratégica de médio e longo prazo da formação superior com vista a responder às necessidades de competências especializadas para o mercado de trabalho e que permitam fazer face aos desafios do desenvolvimento social, cultural e económico de São Tomé e Príncipe”. (INE-STP 2002:)

### **2.6.2 Qualidade do Ensino Superior em STP**

Como refere nesse relatório, a experiência de ensino superior em São Tomé é ainda muito nova e atendendo aos diversos constrangimentos de ordem socioeconómica do país, o diagnóstico da qualidade deste nível de ensino caracteriza-se pelo seguinte:

- “Grande número de docentes com níveis de formação relativamente pouco elevados. Com efeito o ISP/STP, única instituição pública de ensino superior conta, fundamentalmente, com docentes nacionais, sendo quase todos possuidores somente de um diploma de formação superior a nível de licenciatura;
- Ausência de uma política coerente para a formação interna através do ISP e outras instituições privadas;
- O “ratio” docente/estudante é de 3,7;
- O sector da investigação é ainda incipiente no ISP/STP;

Limitação na oferta de formação e de títulos de diploma à saída da formação”.(Educação para Todos – EPT 2002:41)

### **2.6.3 Gestão do Ensino Superior em STP**

A gestão é caracterizada pela existência de um único estabelecimento público de formação superior que procura promover formações atendendo ao seu perfil curricular e não às necessidades de formação realmente existentes. As formações dispensadas pelo ISP são muito onerosas para o Estado, atendendo à reduzida dimensão dos efetivos, ao ratio professor e ao subaproveitamento das instalações existentes. (INE 2002) Face a não existência de uma estratégia definida para o ensino superior no país faz com que a maioria dos jovens que concluem o ensino pré-universitário fiquem na expectativa da atribuição de uma bolsa de estudos para o além-fronteiras, ou exterior, enquanto a capacidade de satisfação dessa necessidade pelo Estado são-tomense é cada vez menor se atendermos ao número cada vez maior de procura de bolsas de estudo.

Hoje em dia, as nações consideradas mais independentes estão a passar por uma conjuntura socioeconómica muito débil. Isso faz sentir, nos países onde sobretudo dependem muitas das

vezes, desses países doadores para implementação e execução das suas políticas. Sendo que, dadas as circunstâncias acima referidas em uma década o investimento desses países considerados doadores sofreu uma ligeira diminuição. No entanto, no caso de Portugal como um dos principais doadores dos PALOP e particularmente de STP, também foi afetada pela crise económica mundial. No setor da educação em exclusivo ensino superior essa ajuda tem vindo diminuir de ano após anos. No financiamento de bolsa para ensino superior, atribuída por IPAD“ (...) deve-se ao facto de análise dessa política de cooperação, em termos de ensino superior, não ser muito elucidativa pois, apesar de se ter transformado ao longo dos anos e de se notarem esforços de uma maior coordenação e de resposta às necessidades expressas pelos países recetores (...)”. Ainda Costa e Faria (2012:28) “(...) em termos das políticas de cooperação para educação não são claras pois incluem o apoio a quase todos os níveis de ensino (o ensino básico, o secundário, o vocacional e o técnico profissional e o superior )”.

Como refere Patrícia Ferreira:

“As principais evoluções conceptuais e estratégicas da cooperação portuguesa no sector da educação não foram, na sua maioria, pensadas como parte integrante de uma estratégia para o sector ou como resultado de uma reflexão estruturada sobre a relevância e eficácia das ações (Ferreira, 2012:13 ide Costa e Faria 2012:28) ”

## 2.7 Estudantes em Portugal

Segundo autores Costa e Faria (2012:218), “no quadro dos acordos de cooperação no domínio do ensino superior, ciência e tecnologia, assinados com Portugal, estudantes bolsiros nacionais dos países Africanos de língua oficial portuguesa (PALOP) e Timor-Leste podem ingressar nas universidades portuguesas através de um regime especial, ou seja sem prova de acesso”.

Dada a falta de estabelecimento de ensino secundário ou dito pré – universitário em STP, grande parte dos estudantes são obrigados a completarem o 12º ano escolar nos países onde são acolhidos. Sendo nesse caso particular em Portugal, onde uma boa parte completa esse grau de ensino através de cursos profissionais e outra através de ensino recorrente.

## **CAPITULO III- FUNDAMENTAÇÃO METODOLÓGICA E ANÁLISE DOS RESULTADOS**

### **3 Metodologia**

Esta investigação partiu da seguinte questão; **Quantos estudantes licenciados regressam a S. Tomé e Príncipe após o término da formação superior em Portugal, no período de 2007 a 2012.**

Esta investigação tem como objetivo geral, saber a percentagem de licenciados que retornam a STP e os fatores que levam outros licenciados ao não retorno a STP após o término da formação académica.

O objetivo específico é conhecer de uma forma aprofundada o fenómeno de não retorno sendo que, de um modo ou de outro o Estado de STP deposita grandes esperanças nesses jovens licenciados para contribuírem para o desenvolvimento do país.

Em termos metodológicos e com vista a responder aos objetivos traçados, esta pesquisa tomou como eixo de ação o paradigma triangular que corresponde à utilização dos métodos qualitativo e quantitativo.

Segundo o autor, Banik (1993), (citado por, Fortin 2009:322) “triangulação é uma abordagem exploratória que se harmoniza com a investigação nas várias disciplinas”. Segundo Fortin (2003) é definido como o emprego de uma combinação de métodos quantitativo e qualitativo que permitem tirar conclusões validas a propósito de um mesmo fenómeno em investigação. No caso da presente pesquisa utiliza-se o método qualitativo no que respeita ao tratamento de dados das entrevistas feitas aos licenciados e de documentos (análise documental), e, o método quantitativo em análise estatística.

Assim sendo, para Fortin (2009:323) “a triangulação dos dados consiste numa colheita de dados junto de diversas fontes de informações” tais como no caso presente:

Entrevistas a sete (7) licenciados e pré- licenciados bolseiros do governo de STP em Portugal que constituem a amostra.

A nossa investigação desenvolveu-se à partir de um projeto inicial na UC de Seminário de Investigação, tendo por objetivo pesquisar os fatores que condicionam o não regresso de estudos bolseiros a STP após o término da sua formação superior em Portugal.

O estudo incidiu sobre os estudantes com formação superior e que após o seu término decidiram permanecer por razões até então desconhecidas em Portugal ou imigraram para outros países da Europa e não só.

Perante esta situação procuramos perceber junto desses estudantes, quais os fatores que condicionam o regresso dos mesmos à STP.

O percurso do trabalho teve fundamentação teórica diferentes autores referidos nos capítulos anteriores e (...), de igual modo “as metodologias de investigação, [que] permitem em simultâneo, a produção de conhecimento sobre a realidade, a inovação no sentido da singularidade de cada caso, e a possível “(...) produção de mudanças sociais e ainda a formação de competências dos intervenientes” (Guerra 2002:52.). No caso da presente investigação interessa sobretudo o conhecimento da realidade dos bolseiros no respeitante ao retorno a STP, não pondo de lado a posterior tomada de medidas políticas por parte do país.

Alcina Martins (1999:), refere que “a investigação ao ser desenvolvida pelos assistentes sociais, tendo por base a compreensão e explicação das transformações que têm hoje lugar na sociedade ao nível das relações sociais (...), para a necessidade [de] equacionamento de respostas aos novos problemas sociais, e possibilitar a construção/as práticas profissionais”.

Ressalta-se sobretudo desta citação o equacionamento de respostas aos novos problemas, tal como acontece com o não retorno dos licenciados a STP.

Pesquisa de obras fundamentais a partir de material já elaborada principalmente dos livros e artigos científicos apresenta a vantagem de permitir o investigador o acesso a uma gama de fenómenos muito mais amplo do que aquela que se poderia pesquisar diretamente. Ainda no que se refere à pesquisa documental, a análise recaiu principalmente num conjunto de legislação sobre o sistema de educação de STP disponibilizada pelas diferentes entidades.

Uma vez que, a pesquisa bibliográfica visava fundamentalmente aprofundar a problemática em estudo, obtivemos alguns conhecimentos necessários para levar a cabo a investigação pretendida. A pesquisa documental e bibliográfica realizada incidiu sob artigos científicos, livros científicos, monografias, dissertações e teses, de que se destaca: (Formação Superior e Desenvolvimento e Cabo Verde e STP- Educação e Infraestruturas como Fatores de Desenvolvimento)

Também foi elaborada análise estatística com objetivo de perceber o número de estudantes que frequentaram os estabelecimentos de ensino superior português desde ano letivo de 1997/08 a 2011/12 e os seus respetivos resultados obtidos. Foram consultados vários sites

ligados a problemática, entre outras informações, conforme se pode ver na bibliografia. Junto dos estudantes utilizamos como instrumento para a recolha de dados a entrevista semidiretiva. Segundo as informações obtidas verificamos que, desde sempre são enviados os estudantes de STP a Portugal, mas os dados concretos só existem a partir do ano letivo 1997/98. Todos os estudantes que saíram de STP bolseiros do ensino superior com destino a Portugal desde ano letivo 1997/98 até o ano letivo de 2011/12, e que beneficiaram de regimes especiais para ingresso nas universidades portuguesas num total de mil e sessenta e três (1063) estudantes, e outros restantes seis mil e oitocentos e setenta e um (6871) estudantes ingressaram nas universidades portuguesas de origem STP, através de uma prova de exame nacional e que posteriormente se candidataram a bolsa do governo de STP. Ficando assim inscrito nas universidades portuguesas desde ano letivo 1997/98 até o ano letivo 2011/12 um total de oito mil e novecentos e trinta e quatro estudantes. Como definição de amostra iremos somente centralizar nos estudantes que entraram nos ensinos universitários e politécnicos em Portugal a partir do ano letivo 2007/08 num total de mil e noventa e quatro (1094) bolseiros, e que terminaram provavelmente no ano letivo 2011/12 e ainda se encontram em Portugal. Deste universo, construiu-se uma amostra por seleção racional que para Fortin (2000:209) “ e uma técnica que tem por base o julgamento de investigador para construir uma amostra de sujeitos em função do seu carácter típico”.

As entrevistas foram realizadas entre 19/07/2014 a 27/08/2014, com cerca de trinta e cinco (35) minutos por cada estudante bolseiros num total de duzentos e quarenta (240) minutos (ver apêndice).

### **3.1 Análise das entrevistas aplicadas aos estudantes/licenciados de STP no ensino superior em Portugal**

A entrevista foi construída em função da pergunta de partida com objetivo de chegarmos a uma conclusão clara e objetiva inerente a questão em análise. Assim foram construídas cinco (5) categorias que por sua vez, irão servir de indicadores.

No primeiro grupo de questões agrupa um conjunto de perguntas relacionadas com a escolha do curso nos diversos estabelecimentos de ensino superior em Portugal. Onde procuramos perceber o porquê da formação superior e a escolha do curso. No segundo grupo de questões referem se as razões da escolha do país nesse caso particular Portugal, e o porquê de não estudar em STP. O terceiro grupo de questões recai sobre a formação, conhecimento e

desenvolvimento e os regressos dos licenciados, após o término das formações; ou seja, saber junto dos mesmos a sua contribuição para o desenvolvimento de país e que consequência teria com seu regresso. No quarto grupo procuramos conhecer as causas e consequências do não regresso dos licenciados a STP, uma vez que, houve um investimento do governo na sua formação académica. Para finalizar, o quinto grupo está constituído por questões que desperta a curiosidade sobre a medida política levado a cabo por governo de STP a formação no exterior.

A entrevista foi aplicada a sete (7) licenciados e pré- licenciados em diferentes áreas do saber em Portugal. As entrevistas foram realizadas presencialmente e gravadas e posteriormente transcritas de modo a serem analisadas através da análise de conteúdo. Das entrevistas realizadas poder-se-á definir o perfil dos estudantes referenciada na pagina (57)

Interessa também perceber para onde partem predominantemente os bolseiros e quais os países de acolhimento, como no quadro abaixo podem ser analisados.

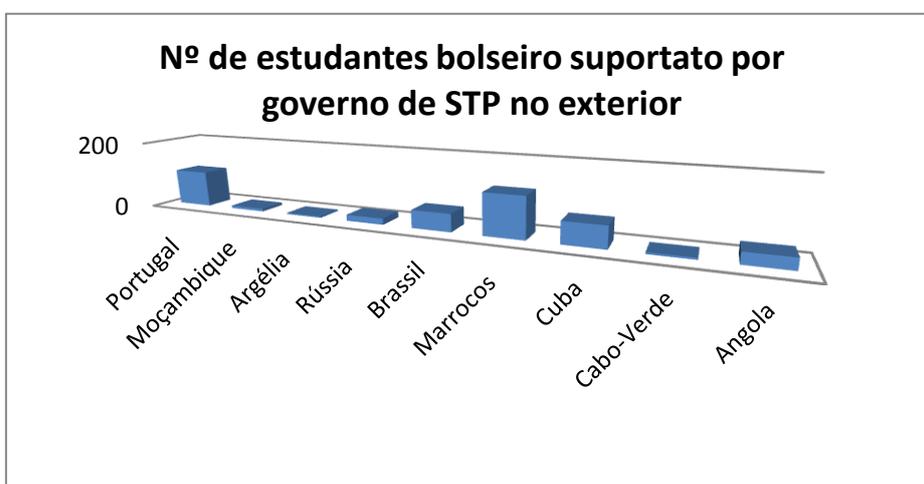
### 3.1 Análises Estatística

Quadro nº 1 N° de estudantes bolseiro suportado por governo de STP no exterior 2014

Portugal	Moçambique	Argélia	Rússia	Brasil	Marrocos	Cuba	Cabo - Verde	Angola	Total
107	8	4	18	52	120	63	5	32	409

Fonte: Ministério da Educação STP 2014

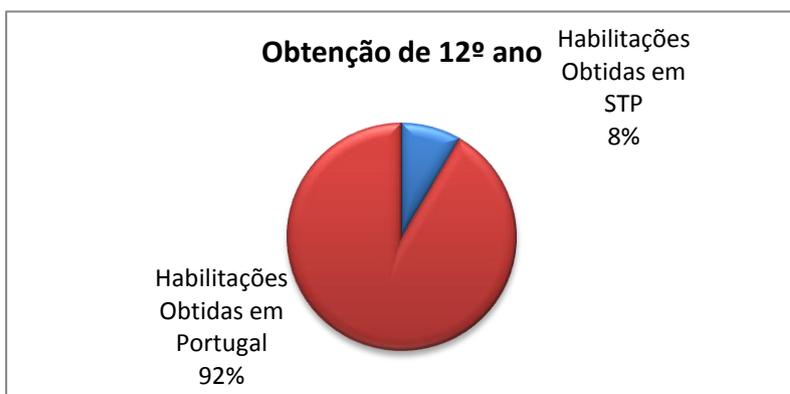
Gráfico nº 2



Fonte: Elaboração própria 2014

Após a consulta de inquirição estatística, verificamos que o governo de STP devido as suas preocupações com o desenvolvimento do país tem apostado muito na educação mais concretamente no ensino superior. Atualmente STP tem estudantes em diferentes países do mundo e todos eles suportados por governo de STP. Da análise feita constatamos que presentemente o país onde existe uma forte camada estudantil custeada por governo STP é o Marrocos com um total de cento e vinte (120) bolseiros e curiosamente Portugal encontra-se no 2º lugar com um total de cento e sete bolseiros (107). E com menor número de camada estudantil é Argélia onde apenas existem quatro (4) estudantes de ensino superior.

Gráfico Nº 3



Fonte: Elaboração própria 2014

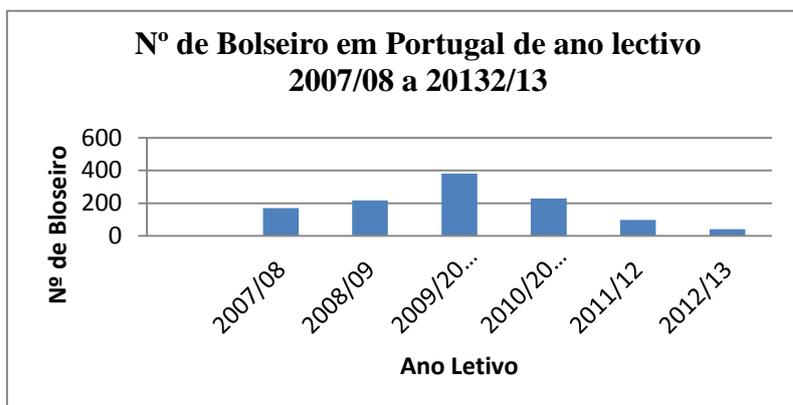
Atendendo o défice do ensino pré-universitário em STP face a um aumento da população jovem, a maioria dos estudantes inscritos nas universidades e centros politécnicos portugueses obtiveram o seu certificado de habilitações mínimas o 12º ano de escolaridade em Portugal, ou seja, 92% dos estuantes inscritos e apenas 8% são obtidos em STP no único estabelecimento de ensino secundário privada, ligada a igreja católica, denominado Instituto Diocesano de Formação João Paulo II.

Quadro nº2 Nº de Bolseiro em Portugal de ano letivo 2007/08 a 2012/13

Ano Letivo	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11	2011/12	2012/13
Nºde Bolseiro	171	217	381	228	97	41

Fonte: Ministério da Educação STP 2014

Gráfico nº 4



Fonte: Elaboração própria 2014

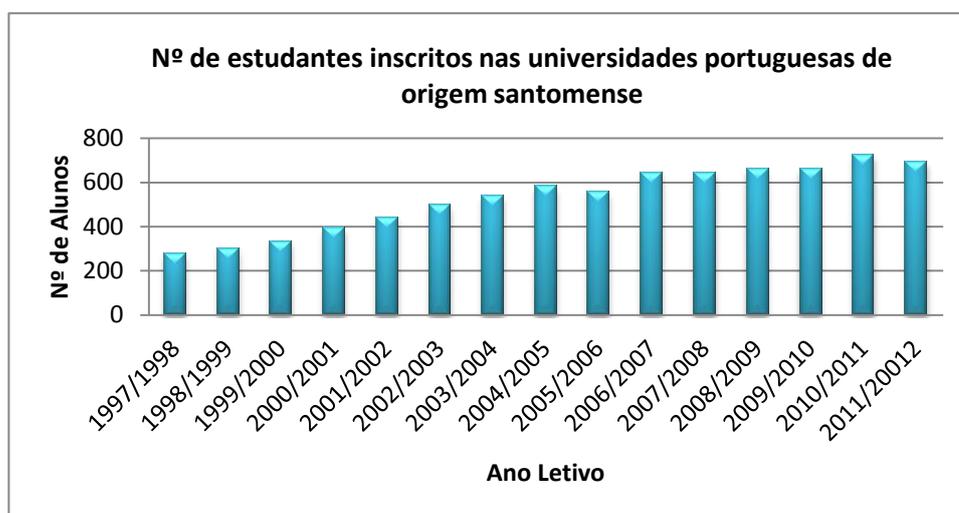
O gráfico acima mencionado ilustra o número dos estudantes bolseiros custeados por estado STP de ano lectivo 2007/08 a 2012/13, onde podemos verificar uma redução quanto ao investimento feito ano após anos. Podemos assim dizer que de ano lectivo 2007/08 a 2009/2010 houve um crescimento acentuado do investimento do governo de STP nos estudantes em Portugal e após ano lectivo 2010/11 a 2012/13 registou-se uma queda brusca do governo de STP do investimento no ensino superior no exterior mais concretamente em Portugal. Esta descida pode assim ser justificada, com a grande crise económica mundial, uma vez que, o STP é uma nação onde mais de 90% do orçamento do estado é financiado por comunidades internacionais. Também pode ser justificada pelo fato de nos últimos anos o país ter estado a investir numa educação doméstica, No entanto, grande parte do apoio que era para os estudantes no exterior passaram a ser remetidos para os estudantes locais, fruto do surgimento de alguns institutos de ensino superior no país.

Quadro nº 3 Número de estudantes inscritos nas universidades portuguesas de origem Santomense

País	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/
	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
STP	277	300	333	392	441	496	540	581	556	644	644	660	660	720	690

Fonte: Costa e Faria 2012/GPEAR (2014)

Gráfico n° 5



Fonte: Elaboração própria 2014

Através dos dados obtidos sobre o número de estudantes santomenses inscritos nas universidades e centros politécnicos de Portugal, desde ano letivo 1997/98 a 2011/12. Podemos verificar uma evolução substancial à exceção ano 2005/2006 e 2012 onde se acentua uma ligeira descida do número dos inscritos. O total dos inscritos neste período é de sete mil e novecentos e trinta e quatro alunos (7934) estudantes.

Quadro nº4 Número de Bolseiros beneficiados do regimes especiais

País	1998 / 1999	1999 / 2000	2000 / 2001	2001 / 2002	2002 / 2003	2003 / 2004	2004 / 2005	2005 / 2006	2006 / 2007	2007 / 2008	2008 / 2009	2009 / 2010	2010 / 2011	2011 / 2012
ST P	33	47	40	84	67	45	53	78	88	144	68	89	122	105

Fonte: Costa e Faria 2012/GPEARI(2014)

**Gráfico n°6**



Fonte: Elaboração própria 2014

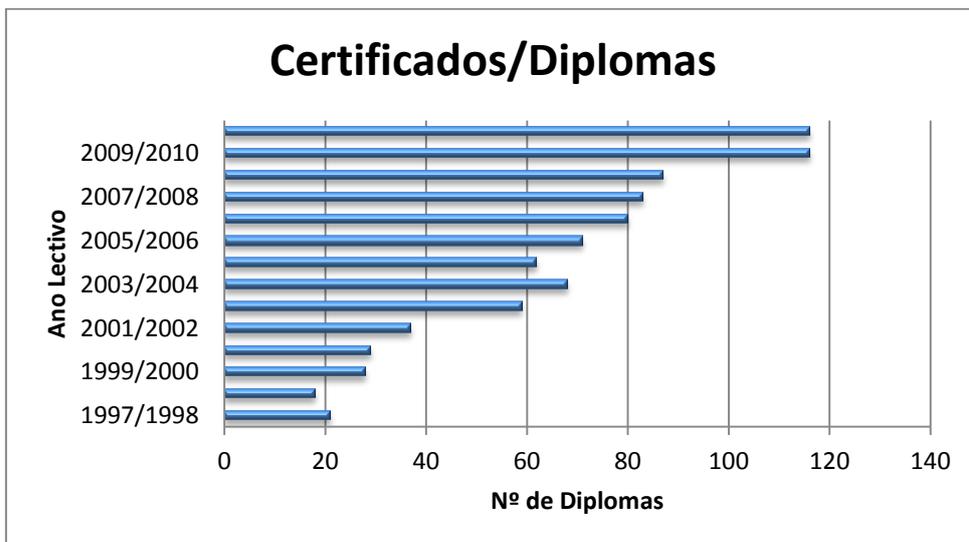
Dada a existência da cooperação entre o estado português e os países do PALOP, no âmbito da educação, neste caso específico ensino superior, muitos dos estudantes do arquipélago de STP frequentam o ensino superior público em Portugal sem efetuarem qualquer tipo de exame nacional resultado de acordo estabelecido na cooperação. No entanto, podemos verificar que desde a sua execução no ano letivo 1998/99 até ano letivo 2011/12. o número de bolsheiros beneficiados do regimes especiais sofreram oscilações embora com uma inclinação ascendente fruto das vagas disponíveis por governo português. Com uma maior atenção para ano letivo 2007/08 onde houve uma colocação de um número significativo de estudantes. Assim calculamos que desde a sua existência até o ano de 2012 já foram beneficiados destes regimes cerca de mil e sessenta e três (1063) estudantes.

Quadro n°5 Número de certificados/diplomas segundo o ano

País	1997 / 1998	1998 / 1999	1999 / 2000	2000 / 2001	2001 / 2002	2002 / 2003	2003 / 2004	2004 / 2005	2005 / 2006	2006 / 2007	2007 / 2008	2008 / 2009	2009 / 2010	2010 / 2011
STP	21	18	28	29	37	59	68	62	71	80	83	87	116	116

Fonte: GPEARI(2014)

Gráfico nº 7



Fonte: Elaboração própria 2014

Após a identificação do número dos estudantes inscritos nas universidades portuguesas e o número de beneficiários dos regimes especiais no ingresso nestas mesmas universidades, iremos referir o número de certificados/diplomas obtidos nas universidades portuguesas por estudantes de STP. Verifica-se que desde o ano de 1997/98 ocorre de uma forma acentuada a obtenção dos respetivos certificados exceto o ano de 1998/99 e 2004/05 onde houve uma ligeira descida. Podemos assim dizer que, desde as entradas dos estudantes de STP nas universidades e centros politécnicos portugueses até o ano de 2010/2011 já foram obtidos um total de setecentos e quarenta e nove (749) certificados/ diplomas.

Após uma análise comparativa podemos assim concluir que, há uma diferença notável entre o número de alunos de STP que frequentam universidades portuguesas e os que recebem o apoio de governo do mesmo país. Pode assim dizer-se que a diferença é muito significativa durante o período assinalado ficando apenas um 1/3 dos estudantes beneficiado de apoio do governo de STP. Os restantes 2/3 dos estudantes são obrigados a exercerem uma atividade profissional durante o período da formação, ou seja, a educação ficará a seu cargo e (ou) da sua respetiva família.

### 3.2 Análise dos Perfis dos Entrevistados

Quadro nº 6 Perfil dos entrevistados

Sexo	M- 5 F- 2
Idade	26 a 30-1 31 a 35 -4 + 36-2 (A)
Estado Civil	S - 6 C- 1
Profissão/Ocupação	Não exercem profissão (B)
Agregado familiar	Agregado próprio -4 Vive com os pais -3(C)

(A) Quanto a idade é compreendida entre 26 aos 37 anos, sendo dos 26 a 30 um (1) e dos 31 a 35 quatro (4) e com mais de 36 anos dois (2), verificando-se assim a existência de um maior número de estudantes entre 31 a 35 anos. O elevado número de idade dos entrevistados deve-se ao tempo de espera após o término do secundário (11ºano) em STP, e após a sua vinda a maioria terá que completar o 12º ano através do ensino técnico profissional muitas das vezes, com uma duração de três (3) anos.

(B) Ficamos a saber que dos elementos entrevistados nenhum está a exercer uma atividade profissional relacionada com a sua área de formação. Quase todos exercem uma ocupação, ligadas a ramos da restauração e hotelaria.

(C) Alguns dos entrevistados já têm o seu próprio agregado familiar constituído por (3) três a cinco (5) elementos dois (2) dos quais vivem em Portugal e outros dois (2) residentes no seu país de origem. E outros entrevistados pertencem a um núcleo familiar numeroso, esse por sua vez, típico do continente africano e em particular STP. Onde o agregado familiar é constituído geralmente entre sete (7) a dez (10) elementos.

#### 3.2.1 Análise das Entrevistas

As sete (7) entrevistas realizadas obedecem á análise de conteúdo, a qual permite segundo Bardin (1997:38) desvendar o que ficam por detrás das palavras, através da descodificação das mensagens obtidas. O mesmo autor define análise de conteúdo como um “conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens”.

### 3.2.1.1 Razão para tirar um Curso Superior

Os conteúdos das mensagens foram organizados por categorias resultantes do guião de entrevista. Assim sendo, na primeira categoria pretende-se saber: qual a razão para tirar um curso superior, considerando que um curso superior traz conhecimentos para o desenvolvimento dos indivíduos, sociedades e país ou localidade, principalmente os que estão em processo de desenvolvimento, chamado país em vias de desenvolvimento como no caso particular de STP. Onde este nível de ensino está na sua fase inicial dada a sua juventude autónoma. Há assim, necessidade de apostar na educação e principalmente no ensino superior como principal caminho a trilhar para o desenvolvimento.

Sendo um país com uma dimensão territorial reduzida, sendo mesmo o país mais pequeno do continente africano, como já foi acima referido, e com a menor economia do continente e sem fronteiras terrestres com outros países, torna-se mais difícil o seu desenvolvimento, especialmente pelo seu isolamento. Consequentemente, existe uma forte inclinação para a educação como fator chave para levar o país ao desenvolvimento. Tendo em conta que o ensino superior melhora simultaneamente a vida dos indivíduos e enriquece qualquer sociedade, ela contribui para o aumento da remuneração e da produtividade tornando os indivíduos e os países simultaneamente mais ricos quer a níveis económico e cultural.

Os estudantes referiram: “ (...) o que levou-me a tirar uma formação superior, foi a vontade de um dia ter um curso superior (...) STP está a precisar de minha formação para o desenvolvimento do país (...)” (E.01).

Devido o nível de pobreza pautada na sociedade santomense, muitos estudantes veem na formação superior a única solução para a sua erradicação. Através da realização das entrevistas constatou-se que maioria dos entrevistados tiram um curso superior para fins pessoais, tais como, a garantia de um emprego com refere E.05, dado que a maior parte de emprego nas ilhas é suportada pela entidade Estatal devido à ausência do investimento das empresas privadas no país. “(...) foi devido à necessidade, dificuldade ou seja, a própria pobreza em si (...) e só assim após o término da formação técnica, vi a necessidade de fazer curso superior, com objetivo de garantir a estabilidade de emprego.” (P1.1) (E05).

Todavia, a falta do ensino secundário completo no país, ou seja, 12º ano, leva a maioria dos estudantes a terem que completar este nível de escolaridade no exterior, neste caso particular

em Portugal, como também já foi referido, antes de ingressarem nas universidades, muitas vezes através de uma formação técnica profissional, onde acabam por, além da obtenção do 12º ano também obtêm um curso técnico.

A falta de um plano de formação prioritária, de acordo com a necessidade do desenvolvimento do país, faz com que grande parte dos alunos tire cursos da sua preferência. Alguns dos estudantes têm a tendência em dar continuidade á formação obtida no curso técnico, outros fazem cursos que lhe permitam conciliar a vida académica e a vida profissional dado o fraco valor das bolsas atribuídas pelo governo do seu país. “ (...) *não tem a ver com gostar do curso mais sim a facilidade. (...) maiores motivos de fracasso (...) dos estudantes de STP têm a ver com a escolha de curso pelo qual não estão preparados para enfrentar (...)*” (P.1.2) (E.02).

Segundo (AULP:49) o “ensino superior permite os indivíduos gozarem de uma melhor “vida de espírito” atribuindo á sociedade no seu todo, benefícios sendo eles: culturais, políticos, ambientais e socioeconómicos. A educação superior pode encorajar a independência e a iniciativa, ambas valiosas numa sociedade de conhecimento”.

### 3.2.1.2 Razão da Escolha do País

No que diz respeito a segunda categoria extraída no guião de entrevista permite-nos saber: a razão da escolha do país, a maioria ou totalidade da formação superior de estudantes de STP são feitas no âmbito internacional em quatro cantos de mundo. Após a independência 1975 o país teve uma relação com os países socialista, onde a maior parte das bolsas era disponibilizada por países do antigo bloco de leste nomeadamente Cuba e antiga União Soviética e teve a sua maior proporção até ano de 1990. Podemos assim dizer que, até a presente data STP continua a usufruir desse acordo de cooperação existente entre ambos os países. Segundo Miguel na sua intervenção no congresso de estudantes africanos em Portugal (1998) refere que de um modo geral que, “Portugal tem sido nos últimos anos um dos países sobre o qual recai a maior escolha dos estudantes dos países africanos lusófonos para obterem a sua formação pós-liceal, dado o motivo de uma estreita relação bilateral entre os estados membro da CPLP”. Fruto da denominação colonial durante 5 séculos nos países que fazem parte do PALOP, onde permaneceram todos os hábitos ligados a cultura, costumes e principalmente a existência de uma língua comum entre os estados membros. O fator família também tem grande influência na escolha de Portugal para continuarem a formação

académica, visto que, quase todos os estudantes têm um parente residente em Portugal. De acordo com esta perspetiva os estudantes referiam:“(...) *escolho Portugal por um lado, devido a educação ocidental por outro, aquisição de valores, devido língua (...)*” (2.1). A não existência de um estabelecimento de ensino superior de qualidade em STP onde haja todas as exigências necessárias e com um corpo docente de qualidade faz com que a educação doméstica tenha pouca valorização em relação as que são feitas no exterior, principalmente em Portugal mais concretamente na Europa, isto faz motivar a maioria dos estudantes a quererem dar continuidade os estudos no exterior principalmente no dito velho continente“(...) *Devido o prestígio e valor que é atribuído aos aqueles que estudam na Europa(...) a curiosidade em poder conhecer Portugal o seu povo e a sua sociedade (...)*” (P2.1) Há que referir que, a saída dos estudantes para exterior nesse caso específico a Portugal de modo a continuar os estudos superiores, não está ao alcance de toda classe social. A maioria dos estudantes após o término do ensino secundário terão de enfrentar forte “batalhas” para conseguirem uma bolsa de estudo, sendo assim, muitos não têm opção de escolha do país, devido a escassez da oferta e um grande elevado número de procura tais como refere a E.06 “*Não foi a minha escolha, mais sim a oportunidade que surgiu do Estado (...)*” (E 06) Dada a crescente procura de bolsa de estudo por parte de estudantes de STP, devido a falta de um pólo universitário público no país. A pouca diversificação de cursos e a fraca qualidade de ensino existente no país, faz com que muitos depois de terminarem o ensino secundário fiquem à espera de uma bolsa externa atribuída pelo Estado. Também ficou concluído que a maioria dos entrevistados procuram a formação externa, devido a curiosidade de querer conhecer outros países e outras culturas e também outras realidades sociais devido o isolamento geográfico e dimensão territorial de STP “*Não estudei em STP, porque na altura não havia Universidade no país (...) estudar fora tem outra qualidade, na altura em STP não possuía docentes qualificados.(...) não tive condições para estudar no país (...) quis conhecer outras realidades e outras sociedades*” (E06). E por fim constatou-se que dos sete (7) entrevistados quatro (4) exprimiram que tiveram opção de escolha do país pela qual fez a sua formação superior e três (3) disseram que não tiveram a opção da escolha do país para continuarem a sua formação.

### 3.2.1.3 Formação – Regresso a STP

No que diz respeito à terceira categoria relacionada com a Formação regresso a STP identificada no guião de entrevista podemos assim dizer que, como são referidos por muitos autores que a formação/ educação é um dos principais pilares para o desenvolvimento de uma sociedade ou mesmo um país. Como cita Pedroso (1998 a educação é fulcral nas estratégias de desenvolvimento na medida em que exerce uma influência deliberativa na elevação do nível geral de instrução, na estimulação de atitudes, comportamentos e ideias favoráveis à mudança. Os indivíduos habilitados são mais capacitados para desenvolverem múltiplas ações para influenciar a formulação, desempenho, fiscalização e avaliação das políticas públicas e/ou serviços básicos numa sociedade. Como refere o entrevistado: *“quanto mais conhecimento mais fácil país poderá (...) dar maior resposta nas diversas áreas de trabalho (...) que motiva desde já, o investimento e também atrai desde logo o investimento externo (...) mais rápido será o seu percurso para o desenvolvimento”*. (P3.2)(E03). Como já referimos a formação é um dos principais indicadores para o desenvolvimento de um país ou uma região. Daí a sua aposta por parte de governo do STP com esperança que a curto e a longo prazo o país tirará benefício do investimento na formação. Como vimos atrás a falta de uma infraestrutura no âmbito da educação mais concretamente para o ensino superior em STP há necessidade que os quadros santomenses sejam formados fora do país e por diversos cantos do mundo. Quanto a questão do regresso a STP, muitos têm a intenção de voltar a sua terra natal, como afirma o seguinte entrevistado: *“(...) meu maior desejo é regressar a STP e assim farei (...) posso querer a nível profissional encarar alguns desafios cá só depois (...) minha maior vontade é encontrar emprego no meu ramo de formação (P3.1)(E01)*, mais dada as condições socioeconómicas existente no país condicionam muito os regressos dos estudantes após o término das formações. Esse condicionamento esta relacionado principalmente com a instabilidade política existente no país, sendo um problema generalizado no continente Africano cujo STP não foge às regras. Sabe-se que desde o regime partidário ou seja dita segunda república iniciado a partir de 1990, no país nunca houve um cumprimento de um mandato governamental estabelecido na lei por um período de 4 anos. Como refere o entrevistado: *“Terminei o curso devia voltar (...) o nosso regresso não dependo só de nós (...) a instabilidade política frequentemente existente no país (...) o receio em voltar o que farei em STP (...) (P3.1) (E.2)* todavia sabe-se que uma grande parte de população vivem na pobreza extrema ou seja cerca de 60% da população encontra-se desempregada, devido a falta de uma política relacionada com a criação de emprego. Como

refere o entrevistado: (...) parece que há um subaproveitamento das pessoas com formação superior (...)cerca de 55% da população não tem emprego e apenas 10% tem um salário compatível com as suas funções (...) (P 3.2 (E.02)) isso faz com que, muitos dos estudantes após o término das suas formações no exterior receiam-se ou vão adiando o regresso, como afirma o entrevistado: “Sim quero ir a STP para dar meu contributo sem dúvida, (...) Dentro de 2 anos quero voltar assim que, encontrar um emprego em STP (...) (P3.1)(E05). O autor Alfredo Miguel na sua intervenção no congresso de estudantes Africanos em Portugal (1996, 59), refere que “é raro um quadro formado no exterior, conseguir no seu país de origem, um posto no trabalho compatível com a sua formação.” O país não se encontra preparado para receber seus quadros superiores por falta de infraestruturas, muitos após o término das formações preferem não regressarem ao país devido as situações socioeconómicas na qual o país se encontra nomeadamente a falta de emprego e as condições salariais atribuídas a um quadro superior cujo valor é muito aquém das suas necessidades. Como refere o entrevistado: “(...) inicialmente gostaria de voltar, mas dadas as condições de empregabilidade e de remuneração existente em STP.(...) Ainda não sei se voltarei. (P3.1) (E04). Como objetivo de atingir o desenvolvimento sabe-se que STP tem em Portugal estudantes em mais diversas áreas de saberes, caso houvesse um regresso desses quadros o governo não estaria preparado para receber todos, daí poderá haver um sentimento de revolta e frustração em grande maioria desses licenciados. Como refere o entrevistado:

*(...) com os regressos dos licenciados em massa poderiam em conjunto “lutarem” para melhorias de algumas políticas que ajudaria a levar o país ao desenvolvimento. (...) a consequência para o governo no enquadramento desses licenciados, sendo que, atualmente também existem quadros a formarem no país. (...) um regresso em massa seria uma frustração para muitos dos mesmos onde poderá surgir um sentimento de revolta pessoal na grande maioria.” (P3.4)(E04)*

### **3.2.1.4 Causa e Consequência do não Regresso**

A quarta categoria foi retirada do conjunto de questões ligadas ao tema em investigação, onde o aluno pretende junto dos entrevistados saber a razão ou causa e consequência do não regresso dos licenciados STP após o término das respetivas formações académicas. Como já foi citado anteriormente noutras categorias os estudantes saem do seu país de origem com uma determinada missão e obrigação. Mas devido, as circunstâncias da

vida, muitos após a conclusão das respetivas formações acabam por permanecer no país de acolhimento ou mesmo rumarem a outras paragens do continente europeu como por exemplo Inglaterra e França. Sendo esses dois países muito atrativos para os estudantes de STP em Portugal e não só como também por muitos outros. O que se constatou é que, após a formação, muitos acabam por não regressarem a STP. Segundo os mesmos o não regresso a STP deve-se o fato de o governo de STP não ter feito nada que os motivassem durante o período de formação. Efeito como a infraestruturas e mínimas condições sociais que contribui-se para o melhoramento de vida da população. Como afirmar o entrevistado que se segue: *“(...) “medo” por o Estado não ter criado condições para a nossa receção no país (...) acomodação em Portugal (...) oportunidade de emprego (...) salário muito superior a que nosso país está disposto a oferecer (...) existe um clima de crispação política no país (...) (P4.1)(E02)STP sendo um país em vias de desenvolvimento sabe-se que a criação de infraestruturas básicas é fundamental para seguir o rumo de desenvolvimento. Os estudantes, uma vez estando em Portugal onde essas infraestruturas são asseguradas, isso faz com que na hora de partida para o país de origem prevaleçam um certo receio. Como afirma o entrevistado: “(...) deve-se à falta de emprego que se verifica no país (...) a carência a nível de infraestrutura ou recurso para receber os quadros (...) (P 4.1)(E01) No caso concreto de STP, tratou-se de um regime monolítico, sem grandes perspetivas, sem infraestruturas produtivas, com uma balança de pagamento baixa, sem postos de trabalho, com uma economia fechada, com um rendimento que não dá para custear a vida por uma semana, aumentando deste modo o nível de pobreza”. Como afirma o entrevistado: “(...) deve se ao fator globalização e comunicação (...) Não regresso devido às condições do país por exemplo: a falta de emprego, baixo salário, fraco sistema de saúde e condições sociais como saneamento básico.(...) (P4.1) (E06). Pelo fato de os estudantes virem para Portugal e sendo esse mesmo país antiga metrópole e com cerca de mais de 500 anos de ligação cultural social política e economia com STP daí há uma forte comunidade santomense residente em Portugal fruto dessa ligação histórica entre os dois países. Isso faz com que muitos desses estudantes tenham um parente com residência permanente. Daí a existência da acomodação na hora de regressar a STP. Como afirma o entrevistado:*

*“(...) o não regresso é condicionado diretamente pelo governo de STP (...)a questão familiar, acabamos por criar um vínculo com Portugal.(...) a situação social como a saúde e educação e situação económica existente cá são muito distintas (...) (P4.1) Falta de condições mínimas*

*no país, (...) á questão cultural e social dada aproximação existente, entre os dois países (...) a falta de organização do sistema político em STP.” (P4.2)(E03)*

A falta de reconhecimento, valorização, liberdade de expressão e oportunidade para os licenciados no país também condiciona o regresso dos mesmos. Há que salientar ainda o problema cultural ligado à bruxaria e perseguição, que também são algumas das causas do não regresso dos estudantes dado que esse tipo de situação infelizmente encontra muito patenteada na sociedade santomense: como afirma o entrevistado: “(...) *Regressar a STP e para encontrar emprego teremos que fazer parte de uma força política ou ter alguém que nos oriente ou seja ter um “padrinho”. Outro motivo é a maldade do povo “bruxaria” existente em STP os que estão lá nos veem como uma ameaça.* (P4.1)(E05). Todas essas causas que condicionam o regresso dos licenciados a STP têm grande consequência para STP no que diz respeito a política de desenvolvimento visto que, a maior parte dos estudantes de STP é enviado para Portugal. Deixando assim o país com as carências de recursos humanos e nas mais diversas áreas de saber. Sabe-se que grande parte de orçamento de estado santomense é remetido para o setor de educação principalmente na educação superior com esperança de levar o país ao bom porto. A falta de uma política com transparência e a desorganização do estado de STP faz com que, muitos quadros licenciados e não só não acreditem em desenvolvimento do próprio o país.

### **3.2.1.5 Medidas Políticas - Formação no Exterior**

Para finalizar foi identificada uma quinta categoria, retirada do guião de entrevista que é referente a medidas políticas e formação no exterior. Dado que, muitos dos estudantes de STP após o término das suas respetivas formações não regressam a STP justificado esse não regresso por diversos motivos. Cabe o governo ou estado ter que adotar medidas que possam atenuar a situação dessa natureza. Como afirma o entrevistado: *(...) falta da exigência do governo após o término da formação o estudante torna num emigrante (...) falta de infraestrutura relacionada com a sua formação no país (...)* (P5.2) (E01) segundo os autores Costa e Faria (2012) o sistema de educação de STP em todos os domínios é excessivamente deficitário, mostrando diversas limitações derivado os condicionamentos político, económicos e sociais do país, pelo que a educação não tem sido virada para a grande parte da população jovem no sentido de ser a iniciador do processo de desenvolvimento do país. Urge a necessidade de criação de políticas credíveis que permitam um maior desempenho no sector

da educação, uma vez que, mais e melhor formação e qualificação é sem dúvida, mais-valia para o desenvolvimento de STP. Como afirma o entrevistado: “(...) *é preciso fazer é uma revisão das leis existentes e com base nelas criarem novas, capaz de regulamentar a saída de cada estudante de modo a fazer com que eles possam regressar.* (P5.1) (E01) Podemos considerar STP com um estado “falhado” no âmbito da política de saída dos estudantes para formação superior em Portugal. Essa consideração deve-se à política levada a cabo por governo face a esses mesmos estudantes. O incumprimento do governo de STP com suas obrigações junto dos estudantes, faz com que muitos após o término deixam de acreditar no seu país. No que diz respeito a dita bolsa de formação ou mesmo chamado “ajuda de custo” não são depositados regularmente o montante. Daí há necessidade de muitos dos estudantes terem de exercer uma ocupação como fim de sustentar a sua estadia durante a formação e muita das vezes a seu regresso é por sua conta. A existência da desorganização do estado santomense, faz com que muitos dos licenciados ou pré-licenciados acabam por caírem na imigração dita forçada. Como afirma o entrevistado: “(...) *Nós recorreremos a situação de imigrantes quando deixou de haver a preocupação do governo do nosso país (...) O que leva os estudantes a se tornarem emigrantes é devido a desorganização do nosso país.*(P5.2) (E03) O critério de atribuição de bolsa de estudo (ajuda de custo) até então em vigor em STP é de tudo mau dado que não são atribuídas aos que têm uma deficiência socioeconómica mais sim, para aqueles que muitas vezes não têm necessidades económicas. O governo deveria tomar medidas para que os licenciados possam voltar, mais antes teriam que criar e desenvolver uma serie de política para qual há curto prazo o estado não esta preparado para executar. Também ficou constatado que devido a situação socioeconómica principalmente a falta de emprego na camada juvenil no país levam muitos a usarem o estatuto estudante para poderem se imigrarem. Como afirma o entrevistado: (...) *muitos vêm para estudar mas devido a vários fatores caem na emigração (...) Existem outros que são intencional aproveitam visto de estudantes para darem entrada em Portugal, querem apenas trabalhar* (...) (P5.2) (E02). Fase a essas situações o governo tem estado a melhorar o ensino superior domestico com objetivo de reprimir a falta de capital humano, uma vez que, os que saem para Europa a maior parte não regressam. Atualmente o país já conta com uma universidade pública cujo nome é USTP, mais ainda muitas das formações ditas específicas, são feitas no exterior, devido a fraca infraestrutura existente no país. O governo sim deveria criar ou adotar algumas medidas que pudessem incentivar os que estão em Portugal e não só, a regressar medidas essas como: política de emprego, realização de palestra junto as universidade. Dado o nível pobreza em

que o país se encontra muitos dos estudantes após o término das respectivas formações as tendências é sempre adquirir alguns bens matérias de primeira necessidade, com objetivos de os levar a sua terra natal. Há urgência de o governo criar uma política que possa facilitar o despacho deste materiais e como também em poder facilitar estágios profissionais em algumas empresas no país.

## Conclusão e Algumas Reflexões

Esta parte do trabalho pretende salientar as principais conclusões da investigação e, a partir destas, fazer algumas considerações e balanço final.

STP é uma nação que esteve ligada a Portugal durante 500 anos, daí o surgimento da forte ligação cultural social e política. Após a independência em 1975 vem celebrando uma forte ligação com estado português nas mais diversas áreas e principalmente na da educação. Sendo este setor como um dos indicadores estabelecido pela ONU para o alcance do desenvolvimento, o país está a apostar neste setor com o objetivo de deixar de pertencer à lista dos países em vias de desenvolvimento. Sendo um país de pequena dimensão territorial e com uma economia mais pequena do continente africano, isso tem forte influência no seu desenvolvimento principalmente quando refere-se no investimento na educação. Daí que o país desde sempre vem estabelecendo acordos com os mais diversos parceiros externos de modo a obter financiamento para todos os setores de atividades do país. Todavia Portugal é um dos maiores doadores externos de STP fruto da longa duração cultural, económica e social existente entre ambos os países. E o setor de educação é onde a existência dessa cooperação s faz-se notar principalmente nas formações dos quadros técnicos e superiores. Após um estudo quantitativo ficou apurado que desde ano de 1997/98 a 2012/2013 milhares de jovens estudantes de STP frequentaram o ensino português com objetivo de obtenção dos respetivos diplomas. Sabe-se que, uma parte desses jovens é custeado por governo de STP e outra através das fundações portuguesas e outros por conta própria. O nosso estudo focalizou-se somente em aqueles que são financiados pelo Estado de STP, devido o fenómeno do não retorno depois da conclusão das respetivas formações. Após a investigação constatamos que muitos estudantes de STP estudam nas universidades portuguesas mas apenas  $\frac{1}{3}$  dos inscritos usufruem de uma bolsa de estudo (ajuda de custo) do governo de STP, e restante  $\frac{2}{3}$  alguns desses têm bolsa de instituições portuguesas e a maioria estudam por conta própria. Noutra componente da investigação a qualitativa foram os entrevistados alguns dos estudante já formados em Portugal e até à data presente permanecem em Portugal. Fomos tentar perceber junto dos mesmos o porquê do não regresso a STP, visto que houve da parte do governo de STP um investimento durante o período da formação. O estudo recai somente aos estudantes de ensino superior financiados pelo governo de STP. Sabe-se que muitos dos estudantes de STP financiados pelo governo local após o término das respetivas formações não regressam a terra natal onde deviam contribuir para o desenvolvimento do mesmo. A maior parte dos

entrevistados vieram no âmbito da formação profissional e que posteriormente decidiram fazer a formação superior dado a falta de um ensino secundário completo com 12º ano, faz com que grande parte dos estudantes têm de completar esse grau de ensino em Portugal antes de ingressarem nas universidades portuguesas. Também ficou patente a falta de uma organização no âmbito da educação. A maioria dos entrevistados fazem cursos da sua preferência deixando assim, perceber que não há uma planificação do Ministério de Educação e Cultura de STP para formar quadros de acordo com as necessidades do país. Confirmou-se que de fato os entrevistados, na sua grande maioria, mostram o desejo e intenções de regressar ao seu país, mas existem alguns condicionalismos que lhes têm originados certas hesitações em efetivar esta ação. Assim, os quadros santomenses vão permanecendo em Portugal, outros países da europa e adiando, consecutivamente, o regresso ao seu país natal. Esta situação ocorre, principalmente porque estes indivíduos reconhecem que STP não reúnem atualmente condições que possam favorecer a sua integração social e profissional aquando da sua chegada. A instabilidade política, que frequentemente tem abalado o país e que interrompe e desorganiza grande parte das ações e estruturas institucionais, e a fraca oportunidade de inserção profissional em STP, associadas aos baixos níveis de salários auferidos quando comparados com os de outros países, sobretudo os praticados em Portugal, constituem os principais fatores que justificam o receio dos recursos humanos santomenses em regressar às ilhas. Consideram que a constante instabilidade política e, a ela associada, a coexistência do oportunismo, de corrupção e a busca exclusiva da satisfação de interesses particulares em detrimento dos interesses da coletividade são os fatores que têm atrasado todo o tipo de iniciativas de desenvolvimento de STP. Pensam também que, apesar da existência de quadros superiores, estes não estão a ser devidamente aproveitados, quer porque lhes são atribuídas poucas oportunidades de inserção e de progressão profissional, quer devido a tendência para o partidarismo que afetam as atividades desses indivíduos, impedindo um desempenho profissional ativo.

Perante esta situação, os quadros licenciados santomenses em Portugal, porque não encontram as melhores condições para retornar a STP, têm permanecidos em Portugal exercendo uma atividade/ocupação profissional muitas das vezes precárias, com objetivo de se integrarem na sociedade lusa. Constatou se também nesta investigação que, não obstante, o sector de educação constituir uma das preocupações dos sucessivos governos, mediante criação e implementação de reformas educativas, o Sistema de Educação de STP tem mostrado incapaz de oferecer um ensino abrangente e de qualidade, destacando se uma insuficiente rede escolar

para as necessidades educativas fundamentais, reduzido número de docente e a sua fraca qualificação em todos os níveis de ensino.

Assim, o principal motivo que levaram esses jovens santomense, aqui em análise, a saírem de STP foi a intenção de dar continuidade aos estudos e alargar os conhecimentos, dada a fraca oferta e qualidade do ensino do país e a grande dificuldade de inserção em termos profissionais após o término do ensino secundário. Além das dificuldades relacionadas com a integração e a adaptação, os problemas económicos são apontados como as principais dificuldades que têm enfrentado ou que enfrentaram enquanto estudantes em Portugal. Após esta análise podem indicar se as principais conclusões a que se chegou nesta investigação.

A primeira grande conclusão é que o problema de “fuga de quadros” está intimamente relacionado com a fraca oportunidade de inserção profissional dos jovens qualificados em STP. A preponderância do emprego público, a elevada taxa de desemprego, os baixos salários auferidos e a instabilidade laboral, associada á instabilidade política e o facciosismo político dos postos de trabalho são fatores que podem explicar essa baixa perspectiva de inserção profissional, favoráveis ao não retorno dos licenciados ao seu país, mesmo após o término da formação. Face a esta situação esses jovens, apesar de terem intenções de regressar a STP, vão permanecendo no estrangeiro e adiando conseqüentemente o retorno para país natal. A outra conclusão a que se chegou é que os capitais humanos santomenses têm um papel fundamental no entusiasmo do processo de desenvolvimento de STP e, caso regressem ao país natal, poderão implementar ações que reverterão tanto em benefícios individuais como sociais. Ficaram, assim, visíveis as reais potencialidades dos recursos humanos santomenses entrevistados na amostra, que não se pode extrapolar, mas que revelam as subjetividades comuns que não podemos ignorar, por serem cidadãos que de certo modo representam uma forma de pensar e ver STP.

Assim, é urgente a criação de mecanismos que possam atrair e incentivar o retorno dos quadros qualificados ao país e aproveitar todas as competências e saberes de que são portadores para a dinamização do processo de desenvolvimento de STP. Dada a notável incapacidade do mercado de trabalho de STP em absorver esses jovens quadros, há que investir em ações empreendedoras e tirar partido das competências e habilidades desses recursos humanos santomenses.

A criação do próprio posto de emprego ou de microempresas (autoemprego) constituem formas de ultrapassar as barreiras de acesso ao mercado de trabalho. Podem constituir um método relevante para o aproveitamento de competências técnicas, para a inserção

profissional, para a valorização dos quadros e para a dinamização da economia local, quer através da criação de novas atividades, quer através do aproveitamento do mercado subaproveitado.

É fundamental inculcar nos jovens quadros licenciados santomenses o espírito empreendedor, disponibilizando-lhes condições e oportunidades do exercício de uma atividade profissional num projeto próprio. Seria uma forma de atração, mobilização, valorização e aproveitamento dos capitais humanos qualificados para a dinamização do processo de desenvolvimento socioeconómico de STP, contrariando a tendência de permanência no estrangeiro, após o fim da formação.

O desenvolvimento de uma cultura empreendedora terá que passar por uma clara aposta em iniciativas legislativas, no aumento de incentivos à criação do autoemprego, na redução dos procedimentos burocráticos, na facilitação do acesso a serviços de crédito e de consultoria em gestão empresarial, inovação tecnológica, comercialização e pela assinatura de acordos, pactos, planos, projetos e agendas com os jovens quadros. Urge em STP um sistema de ensino mais abrangente e de qualidade e mais qualificante, capaz de formar indivíduos ativos e aptos a implementar múltiplas ações e processos inovadores e sustentáveis de mudança e de melhoria da sua condição de vida e da comunidade. É necessário estimular nos alunos o espírito crítico e empreendedor, ou seja, dotá-los de meios que reforcem a sua capacidade de participação e de intervenção ativa na sua sociedade, promovendo simultaneamente a sua auto-realização. É também importante haver uma maior sistematização de informação em termos estatísticos sobre o capital humano santomenses no estrangeiro de modo a se poder conhecer melhor esta população e encontrar os mecanismos mais eficazes de incentivo ao seu retorno. De fato uma das limitações encontradas nesta investigação foi a ausência de dados estatísticos detalhados e fiáveis relativos aos estudantes santomenses em Portugal, dos que estão formados e ainda permanecem em Portugal e dos que regressaram após a formação. Este trabalho seria valorizado com uma análise mais aprofundada destes dados estatísticos.

Assim, como pista para uma nova investigação, podemos indicar fenómenos ou questões relacionadas com a não permanência em Portugal dos licenciados após o término das suas respetivas formações. Ou seja, atualmente Portugal serve apenas como uma ponte para resto do continente europeu para os estudantes de origem santomense. Poderíamos também admitir a abertura de oportunidades para o autoemprego e empreendedorismo. Como referimos acima nesta conclusão, mas com o apoio de medidas políticas, uma vez que o emprego público levanta as questões também já apontadas.

## Bibliografia

AA.VV. (2003). *Ensino Superior: uma Visão para a Próxima Década*. 2ª Edição, editora Grávida. Lisboa.

Amaro, Rogério Roque (2004). Desenvolvimento – Um Conceito Ultrapassado ou

Renovado? Da Teoria à Prática e da Prática à Teoria, *Cadernos de Estudos Africanos*, Nº 4, Lisboa.

Bastos. Luiz, (2011). *S. Tomé e Príncipe desafios de desenvolvimento*. Edição: UNEAS,

Bardin, Laurence (1977). *Análise de Conteúdo*, Lisboa, Edições 70.

Canário, Rui (2000). *Educação de Adultos – Um Campo e uma Problemática*. Lisboa: Enefa.

Clarissa, Neves. *Desafios da educação superior*, Sociologias, Porto Alegre, v.9 nº17, p.14-21 já/jun,2007.

Ceita, Bilaine (2009). Recurso Humano STP: Importância e Contributo no Processo de Desenvolvimento de STP. Dissertação de mestrado em Desenvolvimento Locais e Desafios Mundiais: Análise e Gestão. ISCTE, Lisboa.

Cardoso, Maria (2007). *Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe. Educação e Infraestruturas como Fatores de Desenvolvimento*. Porto: Afrontamento.

Costa, Ana e Faria, Margarida (2012). *Formação Superior e Desenvolvimento Estudantes Universitários em África em Portugal*. Edições e Almedina, SA, Coimbra.

Damoso, Fernanda (1996). *Congresso de estudantes Africanos em Portugal: Ensino superior e o desenvolvimento em África*” Lisboa: Oikos.

Ferreira, Aida (2014). *Serviço Social e Desemprego de longa duração – Intervenção Social em Marvila*. Lisboa: Editorial Cáritas.

Fernandes, António (2010). *Estudantes de Ensino Superior no Porto Representações e Práticas Culturais*. Afrontamento, LD.

Foddy, William (1996). *Como Perguntar Teoria e Prática da Construção de Perguntas em Entrevista e Questionários*. Oeiras, Celta Editora.

Fortin, Marie- Fabienne, (2003). *O Processo de Investigação: Da Conceção à Realização*. Loures, Lusociência, pp. 321/326.

Guerra, Isabel, (2006). *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo – Sentido e Forma de Uso*. Lisboa, Edição Nº1, Principia.

INESTP (2003), S. Tomé e Príncipe, Direção de Estatísticas, República Democrática de São Tomé e Príncipe.

INESTP (2012), São Tomé e Príncipe, Direção de Estatísticas, República Democrática de São Tomé e Príncipe.

Moreira, Carlos (1994). *Planeamento Estratégia de Investigação Social*. Lisboa: Instituto Superior de Ciência Social e Políticas.

OCDE (1998). *Human Capital Investment: A Internacional Comparison*, Centre for Educational Research and Innovation, Paris, OCDE.

Pedreira, Isabel (2013). *Estudantes da CPLP no ensino superior em Portugal: Tendências de evolução e perfis sociais*. Dissertação de mestrado em Estudos Sociais da Ciência, Lisboa, ISCTE.

Pedroso, Paulo (1998). *Formação e Desenvolvimento Rural*. Oeiras, Celta Editora.

PNUD (2003). *Relatório do Desenvolvimento Humano 2003 Objetivos de Desenvolvimento do Milénio: Um Pacto entre as Nações para Eliminar a Pobreza Humana*. Queluz, Ed. Mensagem.

PNUD (2005). *Relatório do Desenvolvimento Humano Cooperação Internacional numa Encruzilhada: Ajuda, Comércio e Segurança num Mundo Desigual*, Queluz. Ed. Mensagem.

PNUD (2007). *Relatório do Desenvolvimento Humano 2007/2008 Combateras Alterações Climáticas: Solidariedade Humana num Mundo Dividido*. Queluz, Ed. Mensagem.

PNUD (2013). *Relatório do Desenvolvimento Humano: Preparação à Terceira Conferência Internacional sobre o Desenvolvimento Sustentável dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento*. Ápia, Samoa 2014.

Rodrigues, Joanita (2005) *A Relação Pesquisa e Desenvolvimento no Ensino Superior em Cabo Verde: As Contribuições das Pesquisas de Estudantes*. Tese de Doutoramento em Educação e Desenvolvimento. Jean Piaget. Cabo Verde.

Santos, Boaventura, Almeida Filho, (2008). *A Universidade no século XXI para uma Universidade Nova*. Edição Almedina. SA. Coimbra.

Quivy, Raymond, Campenhoudt, Luc (1998). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa, Gradiva.

Santos, W. A., Durães, S. J. A., & Martins, L. H. S. (2014) *Desenvolvimento Social – Uma Análise de Paradigmas*.

Strydom- M e Fongwa S (2012). *Um Perfil do Ensino Superior na África Austral*. Volume 1: Perspectiva regional. Joanesburgo: SARUA.

## **Legislação**

Lei nº 2/2003 – Lei de Bases do Sistema Educativo da Republica Democrática de São Tomé e Príncipe.

Decreto-Lei nº 22/2005 a ULSTP

## **Webgrafia**

INESTP (2006b), Educação Pré-escolares [http://www.ine.st/files\\_pdf/MICSEDUCACAO.pdf](http://www.ine.st/files_pdf/MICSEDUCACAO.pdf)

[Www.unesdoc.org](http://www.unesdoc.org) (relatório sobre ensino superior em 2012) consultado em 26-05- 2014

[www.scielo.oces.mates.pt](http://www.scielo.oces.mates.pt) (revista lusófona da educação)

[www.africanos.eu/ceaup/uploads](http://www.africanos.eu/ceaup/uploads)

[www.dgeec.mec.pt](http://www.dgeec.mec.pt) consultado em 14/04/2014

[www.revistalusofna.pt](http://www.revistalusofna.pt) consultado em 15/04/2014

<http://expresso.sapo.pt/ensino-superior-importancia-e-desafios> consultado em 17/04/2014

  
**REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE S. TOMÉ E PRÍNCIPE**  
(Unidade – Disciplina - Trabalho)  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, CULTURA E FORMAÇÃO  
**Direção do Ensino Superior e Formação**

**Relatório dos bolseiros são-tomenses no exterior**

O presente relatório apresenta de uma forma resumida a situação dos bolseiros são-tomenses em diversos países que têm acordos bilaterais com São Tomé e Príncipe. Esses países são: Moçambique, Argélia, Angola, Rússia, Brasil, Marrocos, Cuba, Cabo-Verde, Taiwan, Venezuela, Macau, sendo que a situação varia de país para país como a seguir se indica nas tabelas abaixo.

**Número de estudante bolseiro suportado por governo são-tomense no exterior**

Portugal	Moçambique	Argélia	Angola	Rússia	Brasil	Marrocos	Cuba	Cabo-Verde
107	8	4	32	18	52	120	63	5

**Número de estudante bolseiro suportado pelos governos dos referidos do países**

Taiwan	Venezuela	Macau
40	10	5

**Portugal** – com cerca de 41 estudantes, financiados pelo governo são-tomense no valor de 250 euros mensal, o estudante tem direito a bilhete de regresso após o término da sua formação. Considera-se esse montante de ajuda de custo, isto porque sabe-se de antemão que 250 euros não chegam para todas despesas

São Tomé e Príncipe também recebe do governo português, bolsas que são financiadas pela Fundação Calouste Gulbenkian e Instituto de Camões. Essas bolsas são financiadas integralmente, e cabe a parte santomense pagar os bilhetes de ida como de regresso ao estudantes.

### Nº de bolseiro em Portugal nos periodos de 2008 à 2013

Ano letivo	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Nº de bolseiro	171	217	381	228	97	41

**Moçambique** – com 8 bolseiros, os estudantes recebem exclusivamente do governo são-tomense um valor correspondente a 350 dólares, valor esse para que serve para cobrir todas as despesas naquele país, e com direito ao bilhete de regresso ao país.

**Argélia** – 4 bolseiros financiados pelo governo são-tomense o valor de 250 dólares, e também recebem do governo Argelino uma bolsa com direito a alojamento e propina paga e cantinha com direito as refeições.

**Angola** – 32 estudantes que recebem ajuda de custo do governo são-tomense valor esse, para minimizar as despesas que os mesmo carecem, e com direito a bilhete de regresso após o término das suas formação.

**Rússia** – 18 estudantes que recebem o subsídio de ajuda de custo do governo são-tomense no valor de 250 dólares, e bolseiro do governo Russo com direito a alojamento e um subsídio no valor de 50 dólares e isento de propina.

**Brasil** – os 52 estudantes que recebem o subsídio de ajuda de custo do são financiados pelo governo são-tomense, valor este, que serve para cobrir as despesas dos mesmos, isentos de propinas, com direito a bilhete de regresso após o término das suas formação. O governo brasileiro põe a disposição de S.Tomé e Príncipe, bolsas financiada pelo programa PEC-PG, esse programa que financia, mestrado e doutoramento em Brasil

**Marrocos** – 120 estudantes que recebem o subsídio de ajuda de custo do governo são-tomense no valor de 100 dólares, e bolseiro do governo Marroquino com direito a residência universitário e um subsídio no valor de 75 euros dirames e isento de propina.

**Cuba** – 63 estudantes recebem a bolsa do governo são-tomense 120 dólares, é bolseiro do governo cubano, com direito a alojamento, refeitório, plano de saúde.

**Cabo-Verde** – com 5 estudantes, financiados pelo governo são-tomense, valor para minimizar as despesas que os mesmo carecem, e com direito a bilhete de regresso após o término das suas formação. Os estudantes são financiados apenas tem vagas nas instituições superiores caboverdiana.

### Tabela de custos/mensal de bolsheiro no exterior

País	Custo mensal por bolsheiro
Marrocos	100 dólares
Portugal	250 euros
Argélia	250 dólares
Moçambique	350 dólares
Cuba	120 dólares
Rússia	250 dólares
Cabo Verde	250 euros
Angola	250 dólares
Brasil	300 dólares

Os países como China Taiwan e Macau . A república de China Taiwan, oferece anualmente bolsas completa que inclui alimentação, alojamento, isenção de propina, Plano de saúde e passagem de ida e volta.

Quanto as bolsas oferecidas pelo Macau inclui alimentação, alojamento, isenção de propina, plano de saúde e os bilhetes é pago por parte santomense.

Direção de Ensino Superior e Formação em S.Tomé, 13 de Fevereiro de 2014.



**Julietta Izidro Rodrigues**